

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	14
---------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	16
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	18
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	19
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	20
----------------------------------	----

Notas Explicativas	21
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	94
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	96
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	322.688
Preferenciais	0
Total	322.688
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	4.298.831	4.221.221
1.01	Ativo Circulante	1.615.787	1.663.163
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	144.244	85.807
1.01.01.01	Caixa	20.497	23.965
1.01.01.02	Titulos e Valores Mobiliários	123.747	61.842
1.01.03	Contas a Receber	67.416	169.083
1.01.03.01	Clientes	67.416	169.083
1.01.04	Estoques	624.661	606.025
1.01.04.01	Estoques para Revenda	621.832	602.419
1.01.04.02	Estoques Outros	2.829	3.606
1.01.06	Tributos a Recuperar	236.289	270.373
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	236.289	270.373
1.01.07	Despesas Antecipadas	13.011	14.582
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	530.166	517.293
1.01.08.03	Outros	530.166	517.293
1.01.08.03.01	Outras Contas a Receber	107.409	94.050
1.01.08.03.02	Partes Relacionadas	422.757	423.243
1.02	Ativo Não Circulante	2.683.044	2.558.058
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.073.930	998.365
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	197.618	169.332
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	197.618	169.332
1.02.01.06	Tributos Diferidos	595.755	562.948
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	595.755	562.948
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	1.032	0
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	86.977	79.580
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	6	6
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	86.971	79.574
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	192.548	186.505
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	60.196	72.378
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	114.249	96.024
1.02.01.09.05	Outras Contas a Receber	18.103	18.103
1.02.02	Investimentos	1.383.238	1.346.607
1.02.02.01	Participações Societárias	1.383.238	1.346.607
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.383.238	1.346.607
1.02.03	Imobilizado	181.623	164.874
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	156.969	153.430
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	610	770
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	24.044	10.674
1.02.04	Intangível	44.253	48.212
1.02.04.01	Intangíveis	44.253	48.212

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	4.298.831	4.221.221
2.01	Passivo Circulante	1.450.594	1.183.307
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	53.143	49.638
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6.970	10.148
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	46.173	39.490
2.01.02	Fornecedores	498.139	586.008
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	498.139	586.008
2.01.03	Obrigações Fiscais	36.618	50.788
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	7.401	20.062
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.813	3.159
2.01.03.01.02	PIS E COFINS	1.396	12.165
2.01.03.01.03	Outros	4.192	4.738
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	27.881	29.009
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.336	1.717
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	397.903	45.384
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	397.858	44.991
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	21.650	44.991
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	376.208	0
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	45	393
2.01.05	Outras Obrigações	284.336	295.106
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	284.055	293.475
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	284.055	293.475
2.01.05.02	Outros	281	1.631
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	281	1.631
2.01.06	Provisões	180.455	156.383
2.01.06.02	Outras Provisões	180.455	156.383
2.01.06.02.04	Outras Contas a Pagar	163.750	143.653
2.01.06.02.05	Impostos Parcelados	3.682	824
2.01.06.02.06	Receitas Antecipadas	13.023	11.906
2.02	Passivo Não Circulante	334.436	493.305
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	126.011	279.203
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	126.011	279.188
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	11.258	18.529
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	114.753	260.659
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	0	15
2.02.02	Outras Obrigações	110.553	105.852
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	63.581	46.387
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	63.581	46.387
2.02.02.02	Outros	46.972	59.465
2.02.02.02.03	Receitas Antecipadas	3.860	8.472
2.02.02.02.04	Impostos Parcelados	42.650	50.190
2.02.02.02.05	Outros	462	803
2.02.04	Provisões	97.872	108.250
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	88.893	98.850
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	42.296	47.320
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	9.507	7.124

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	37.090	44.406
2.02.04.02	Outras Provisões	8.979	9.400
2.02.04.02.04	Provisão para Perda de Investimentos	8.979	9.400
2.03	Patrimônio Líquido	2.513.801	2.544.609
2.03.01	Capital Social Realizado	2.895.453	2.895.453
2.03.01.01	Capital Social	2.895.453	2.895.453
2.03.02	Reservas de Capital	41.418	40.589
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	278.539	278.539
2.03.02.04	Opções Outorgadas	28.077	27.246
2.03.02.07	Incentivos Fiscais	8.332	8.332
2.03.02.08	Ganho e Perda de Participação Societária	-273.530	-273.528
2.03.04	Reservas de Lucros	24.969	36.768
2.03.04.01	Reserva Legal	828	828
2.03.04.10	Reserva para Investimento	24.141	35.940
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-448.039	-428.201

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.076.062	2.204.817	990.405	2.042.767
3.01.01	Venda de Mercadorias Líq Devoluções	1.202.757	2.456.797	1.094.596	2.281.957
3.01.02	Prestações de Serviços	38.750	81.929	41.307	77.530
3.01.03	(-) Reversão de AVP s/ Vendas	0	0	18.156	12.503
3.01.04	Impostos s/ Vendas de Merc. Líq. Devol.	-159.598	-321.785	-157.822	-318.223
3.01.05	Impostos s/ Prestação de Serviços	-5.847	-12.124	-5.832	-11.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-858.075	-1.742.288	-810.558	-1.631.716
3.03	Resultado Bruto	217.987	462.529	179.847	411.051
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-224.597	-459.494	-65.981	-291.946
3.04.01	Despesas com Vendas	-187.356	-376.300	-175.940	-333.645
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-43.911	-84.851	8.565	-33.028
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	766	3.124	79.597	106.496
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-33.756	-53.086	14.159	-42.602
3.04.05.01	Depreciações e Amortizações	-8.097	-15.943	-11.509	-27.791
3.04.05.02	Remuneração e Indenizações da Diretoria	0	-52	-682	-1.478
3.04.05.03	Outras Receitas/Despesas Operacionais	-26.066	-34.941	13.765	-23.370
3.04.05.04	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	278	-2.430	12.527	9.937
3.04.05.05	Recuperação de Créditos em Compensação	129	280	58	100
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	39.660	51.619	7.638	10.833
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-6.610	3.035	113.866	119.105
3.06	Resultado Financeiro	-16.534	-67.479	-62.574	-85.438
3.06.01	Receitas Financeiras	22.797	45.183	3.181	6.748
3.06.02	Despesas Financeiras	-39.331	-112.662	-65.755	-92.186
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-23.144	-64.444	51.292	33.667
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	15.723	32.807	-14.104	-2.411
3.08.02	Diferido	15.723	32.807	-14.104	-2.411
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-7.421	-31.637	37.188	31.256
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-7.421	-31.637	37.188	31.256

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,02000	-0,10000	0,30000	0,25000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-84.537	-214.329
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-48.656	3.242
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo Líquido do Período	-31.637	31.256
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	15.943	27.791
6.01.01.03	Equivalência Patrimonial	-51.619	-10.833
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contrib. Social Diferidos	-32.807	2.411
6.01.01.05	Ajuste a Valor Presente	0	-14.390
6.01.01.06	Juros e Variações Monetárias Passivas	53.081	17.125
6.01.01.07	Juros e Variações Monetárias Ativas	-31.261	0
6.01.01.08	Provisão para Contingências Líquidas	-15.762	-23.999
6.01.01.09	Provisão para Remuneração Baseado em Ações	213	429
6.01.01.10	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	2.430	-9.937
6.01.01.11	Prov. Perda e Baixa de Imob. e Intangível	-8.770	636
6.01.01.12	Provisão para Reestruturação	0	-25.911
6.01.01.13	Resultado de Ativos Permanentes Baixados	579	1.150
6.01.01.14	Resultado Lei 11.941 - Parcelamento	0	12.420
6.01.01.15	Provisão para Indenização a Diretoria	-2.166	528
6.01.01.16	Projetos Descontinuados	0	-7.091
6.01.01.17	Outros	53.120	1.657
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-35.881	-217.571
6.01.02.01	Contas a Receber	115.319	27.726
6.01.02.02	Outras Contas a Receber	-13.359	-45.480
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	46.266	-76.434
6.01.02.04	Estoques	-18.636	81.854
6.01.02.05	Despesas Antecipadas	539	659
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-25.887	-15.031
6.01.02.07	Títulos e Valores Mobiliários	-20.149	2.232
6.01.02.08	Outros Realizáveis	0	31.033
6.01.02.09	Fornecedores	-87.869	-234.559
6.01.02.10	Contas a Pagar	-41.340	-58.191
6.01.02.11	Salários a Pagar	3.505	5.956
6.01.02.12	Encargos Soc. e Impostos a Pagar	-18.182	-15.459
6.01.02.13	Contingências	0	-62.646
6.01.02.14	Outras Exigibilidades	23.912	140.769
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-20.549	-13.808
6.02.01	Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	-20.541	-9.797
6.02.02	Aumento do Intangível	-8	-2.877
6.02.03	Aporte de Capital em Subsidiária	0	-1.134
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	163.523	227.011
6.03.01	Adições	198.498	298.916
6.03.02	Pagamentos	-34.975	-71.905
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	58.437	-1.126
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	85.807	55.011
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	144.244	53.885

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.895.453	40.589	36.768	-428.201	0	2.544.609
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.895.453	40.589	36.768	-428.201	0	2.544.609
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	831	-11.799	11.799	0	831
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	831	0	0	0	831
5.04.08	Transferência de saldo	0	0	-11.799	11.799	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	-2	0	-31.637	0	-31.639
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-31.637	0	-31.637
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-2	0	0	0	-2
5.07	Saldos Finais	2.895.453	41.418	24.969	-448.039	0	2.513.801

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	671.033	310.825	36.768	-376.457	189	642.358
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	14.625	0	14.625
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	671.033	310.825	36.768	-361.832	189	656.983
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.907	3.212	-3.212	0	1.907
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.907	0	0	0	1.907
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	3.212	-3.212	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	31.256	0	31.256
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	31.256	0	31.256
5.07	Saldos Finais	671.033	312.732	39.980	-333.788	189	690.146

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	2.538.564	2.488.449
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.538.726	2.371.990
7.01.02	Outras Receitas	2.268	106.522
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.430	9.937
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.182.123	-2.036.337
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.927.815	-1.857.237
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-262.498	-189.445
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	8.190	10.345
7.03	Valor Adicionado Bruto	356.441	452.112
7.04	Retenções	-15.943	-27.791
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-15.943	-27.791
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	340.498	424.321
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	96.802	17.581
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	51.619	10.833
7.06.02	Receitas Financeiras	45.183	6.748
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	437.300	441.902
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	437.300	441.902
7.08.01	Pessoal	177.079	151.271
7.08.01.01	Remuneração Direta	144.445	123.179
7.08.01.02	Benefícios	19.565	16.593
7.08.01.03	F.G.T.S.	13.069	11.499
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	99.057	106.694
7.08.02.01	Federais	38.588	83.275
7.08.02.02	Estaduais	51.292	16.161
7.08.02.03	Municipais	9.177	7.258
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	192.801	152.681
7.08.03.01	Juros	112.662	92.186
7.08.03.02	Aluguéis	80.139	60.495
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-31.637	31.256
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-31.637	31.256

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	10.845.613	9.879.351
1.01	Ativo Circulante	8.616.023	7.760.630
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.386.614	1.352.290
1.01.01.01	Caixa	94.781	233.584
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	1.291.833	1.118.706
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	600.613
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	0	600.613
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	0	600.613
1.01.03	Contas a Receber	3.052.653	1.976.792
1.01.03.01	Clientes	3.052.653	1.976.792
1.01.04	Estoques	2.493.962	2.403.546
1.01.04.01	Estoques para Revenda	2.491.133	2.399.940
1.01.04.02	Estoques Outros	2.829	3.606
1.01.06	Tributos a Recuperar	907.824	558.517
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	907.824	558.517
1.01.07	Despesas Antecipadas	81.736	132.362
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	693.234	736.510
1.01.08.03	Outros	693.234	736.510
1.01.08.03.01	JCP e Dividendos	3.155	3.155
1.01.08.03.02	Partes Relacionadas	478.774	547.939
1.01.08.03.03	Ourtas contas a Receber	211.305	185.416
1.02	Ativo Não Circulante	2.229.590	2.118.721
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.180.723	1.122.274
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	0	7.389
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	0	7.389
1.02.01.03	Contas a Receber	93.479	107.369
1.02.01.03.01	Clientes	93.479	107.369
1.02.01.06	Tributos Diferidos	765.429	723.943
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	765.429	723.943
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	1.032	0
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	87.409	80.414
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	87.397	79.574
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	12	840
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	233.374	203.159
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	123.358	98.697
1.02.01.09.04	Outras Contas a Receber	39.110	18.209
1.02.01.09.05	Impostos a Recuperar	70.906	86.253
1.02.02	Investimentos	87.905	95.336
1.02.02.01	Participações Societárias	87.905	95.336
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	87.905	95.336
1.02.03	Imobilizado	812.279	777.513
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	736.734	698.771
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	51.501	57.450
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	24.044	21.292
1.02.04	Intangível	148.683	123.598
1.02.04.01	Intangíveis	148.683	123.598

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	10.845.613	9.879.351
2.01	Passivo Circulante	6.196.859	5.368.142
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	325.991	290.245
2.01.01.01	Obrigações Sociais	15.046	71.578
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	310.945	218.667
2.01.02	Fornecedores	2.249.984	2.381.450
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.249.984	2.381.450
2.01.03	Obrigações Fiscais	238.978	272.427
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	101.266	92.581
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	12.355	18.415
2.01.03.01.02	PIS e COFINS	83.391	68.522
2.01.03.01.03	Outros	5.520	5.644
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	132.292	175.372
2.01.03.02.01	ICMS	132.292	175.372
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	5.420	4.474
2.01.03.03.01	ISS	5.420	4.474
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.721.936	1.630.638
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.707.879	1.602.875
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	2.009.141	1.602.875
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	698.738	0
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	14.057	27.763
2.01.05	Outras Obrigações	28.055	299.239
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	27.773	297.606
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	0	297.606
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	27.773	0
2.01.05.02	Outros	282	1.633
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	282	1.633
2.01.06	Provisões	631.915	494.143
2.01.06.02	Outras Provisões	631.915	494.143
2.01.06.02.04	Outras Contas a Pagar	543.374	430.152
2.01.06.02.06	Impostos Parcelados	3.880	970
2.01.06.02.07	Receita Antecipada	84.661	63.021
2.02	Passivo Não Circulante	2.108.665	1.942.328
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.523.364	1.597.566
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.514.848	1.582.535
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.400.095	1.321.877
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	114.753	260.658
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	8.516	15.031
2.02.02	Outras Obrigações	484.509	235.247
2.02.02.02	Outros	484.509	235.247
2.02.02.02.03	Receitas Antecipadas	407.457	182.695
2.02.02.02.04	Impostos parcelado	44.390	51.767
2.02.02.02.05	Outros	32.662	785
2.02.04	Provisões	100.792	109.515
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	100.792	109.515
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	42.360	47.386

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	10.506	8.573
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	47.926	53.556
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.540.089	2.568.881
2.03.01	Capital Social Realizado	2.895.453	2.895.453
2.03.01.01	Capital Social	2.895.453	2.895.453
2.03.02	Reservas de Capital	41.418	40.589
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	278.539	278.539
2.03.02.04	Opções Outorgadas	28.077	27.246
2.03.02.07	Incentivos Fiscais	8.332	8.332
2.03.02.08	Ganho e Perda de Participação Societária	-273.530	-273.528
2.03.04	Reservas de Lucros	24.969	36.768
2.03.04.01	Reserva Legal	828	828
2.03.04.10	Reserva para Investimentos	24.141	35.940
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-448.039	-428.201
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	26.288	24.272

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	5.041.067	9.925.474	1.336.017	2.593.488
3.01.01	Vendas de Mercadorias Líq Devoluções	5.221.081	10.550.180	1.464.763	2.875.713
3.01.02	Prestações de Serviços	440.297	858.558	44.225	83.917
3.01.03	(-) Reversão de AVP s/ Vendas	14.858	497	19.190	11.232
3.01.04	Impostos s/ Vendas de Merc. Líq Devol.	-623.161	-1.441.529	-186.149	-366.034
3.01.05	Impostos s/ Prestação de Serviços	-12.008	-42.232	-6.012	-11.340
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.622.675	-7.195.452	-1.098.833	-2.091.055
3.03	Resultado Bruto	1.418.392	2.730.022	237.184	502.433
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.246.596	-2.434.635	-113.400	-368.085
3.04.01	Despesas com Vendas	-900.010	-1.807.666	-206.707	-384.048
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-261.146	-468.756	-4.950	-49.524
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-946	6.715	82.539	109.861
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-88.232	-171.720	11.761	-51.678
3.04.05.01	Depreciações e Amortizações	-33.602	-66.984	-11.364	-28.201
3.04.05.02	Remuneração e Indenizações da Diretoria	-808	-1.767	-1.074	-5.993
3.04.05.03	Outras Receitas/ Despesas Operacionais	-19.448	-33.869	13.467	-22.935
3.04.05.04	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-34.503	-69.380	10.674	5.351
3.04.05.05	Recuperação de Créditos de Liquidação Duvidosa	129	280	58	100
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.738	6.792	3.957	7.304
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	171.796	295.387	123.784	134.348
3.06	Resultado Financeiro	-169.692	-333.760	-77.222	-104.281
3.06.01	Receitas Financeiras	54.322	106.503	2.584	7.321
3.06.02	Despesas Financeiras	-224.014	-440.263	-79.806	-111.602
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.104	-38.373	46.562	30.067
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.582	8.136	-9.374	1.189
3.08.01	Corrente	-16.467	-30.497	-1.124	-3.737
3.08.02	Diferido	8.885	38.633	-8.250	4.926
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-5.478	-30.237	37.188	31.256

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-5.478	-30.237	37.188	31.256
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-7.421	-31.637	37.188	31.256
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.943	1.400	0	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,02000	-0,10000	0,30000	0,25000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-702.939	-206.359
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	62.795	9.995
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo Líquido Período	-30.237	31.256
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	79.754	28.201
6.01.01.03	Equivalência Patrimonial	-6.792	-7.304
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contrib. Social Diferidos	-38.633	-4.926
6.01.01.05	Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	30.497	0
6.01.01.06	Ajuste a Valor Presente	-685	-10.442
6.01.01.07	Juros e Variações Monetárias Passivas	145.294	15.134
6.01.01.08	Juros e Variações Monetárias Ativas	-66.486	0
6.01.01.09	Provisão para Contingências Líquidas	-15.362	-21.558
6.01.01.10	Provisão para Remuneração Baseado em Ações	1.448	1.907
6.01.01.11	Provisão para Crédito Liquidação Duvidosa	-69.380	-5.351
6.01.01.12	Prov. Perda e Baixa de Imob. e Intangível	-8.770	636
6.01.01.13	Provisão para Reestruturação	0	-25.911
6.01.01.14	Resultado de Ativos Permanentes Baixados	-8.801	-360
6.01.01.15	Resultado Lei 11.941 - Parcelamento	0	11.998
6.01.01.16	Provisão para Indenização a Diretoria	-2.166	528
6.01.01.17	Projetos Descontinuados	0	-7.091
6.01.01.18	Outros	53.114	3.278
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-765.734	-216.354
6.01.02.01	Contas a Receber	-1.027.424	17.742
6.01.02.02	Outras Contas a Receber	-46.790	-47.845
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	-333.960	-92.179
6.01.02.04	Estoques	-90.417	-10.798
6.01.02.05	Despesas Antecipadas	49.594	8.146
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-31.506	-16.460
6.01.02.07	Títulos e Valores Mobiliários	651.389	3.644
6.01.02.08	Outros Realizáveis	144.100	30.080
6.01.02.09	Fornecedores	-131.466	-133.359
6.01.02.10	Contas a Pagar	-197.275	95.489
6.01.02.11	Salários a Pagar	35.747	10.922
6.01.02.12	Encargos Sociais e Impostos a Pagar	-44.703	-16.523
6.01.02.13	Contingências	0	-64.715
6.01.02.14	Outras Exigibilidades	256.977	-498
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-148.391	-21.548
6.02.01	Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	-100.660	-13.661
6.02.02	Aumento do Ativo Intangível	-57.824	-8.251
6.02.03	Venda de Bens do Imobilizado	10.093	1.800
6.02.04	Adições em Investimento	0	-1.436
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	885.654	230.872
6.03.01	Adições	2.545.278	302.812
6.03.02	Pagamentos	-1.659.624	-71.940
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	34.324	2.965
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.352.290	83.355

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.386.614	86.320

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.895.453	40.589	36.768	-428.201	0	2.544.609	24.272	2.568.881
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.895.453	40.589	36.768	-428.201	0	2.544.609	24.272	2.568.881
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	831	-11.799	11.799	0	831	0	831
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	831	0	0	0	831	0	831
5.04.08	Transferência de saldo	0	0	-11.799	11.799	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	-2	0	-31.637	0	-31.639	2.016	-29.623
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-31.637	0	-31.637	1.400	-30.237
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-2	0	0	0	-2	616	614
5.07	Saldos Finais	2.895.453	41.418	24.969	-448.039	0	2.513.801	26.288	2.540.089

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	671.033	310.825	36.768	-376.457	189	642.358	0	642.358
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	14.625	0	14.625	0	14.625
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	671.033	310.825	36.768	-361.832	189	656.983	0	656.983
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.907	3.212	-3.212	0	1.907	0	1.907
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.907	0	0	0	1.907	0	1.907
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	3.212	-3.212	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	31.256	0	31.256	0	31.256
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	31.256	0	31.256	0	31.256
5.07	Saldos Finais	671.033	312.732	39.980	-333.788	189	690.146	0	690.146

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	11.347.500	3.087.421
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	11.409.235	2.970.861
7.01.02	Outras Receitas	7.645	111.209
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-69.380	5.351
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-8.379.628	-2.616.290
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-7.074.626	-2.374.461
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.326.405	-251.082
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	21.403	9.253
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.967.872	471.131
7.04	Retenções	-79.256	-28.201
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-79.256	-28.201
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.888.616	442.930
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	111.895	14.625
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	6.792	7.304
7.06.02	Receitas Financeiras	106.503	7.321
7.06.03	Outros	-1.400	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.000.511	457.555
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.000.511	457.555
7.08.01	Pessoal	1.392.488	158.316
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.123.974	124.138
7.08.01.02	Benefícios	140.023	18.544
7.08.01.03	F.G.T.S.	122.251	12.634
7.08.01.04	Outros	6.240	3.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	946.595	95.026
7.08.02.01	Federais	197.353	70.426
7.08.02.02	Estaduais	729.997	17.305
7.08.02.03	Municipais	19.245	7.295
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	693.065	172.957
7.08.03.01	Juros	440.375	111.602
7.08.03.02	Aluguéis	252.690	61.355
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-31.637	31.256
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-31.637	31.256

Notas Explicativas

Informações Contábeis Intermediárias – ITR

Globex Utilidades S.A.

30 de junho de 2011
com Relatório de Revisão dos Auditores Independentes sobre as
Informações Financeiras Contábeis Intermediárias

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações corporativas

A Globex Utilidades S.A. (“Companhia” ou “Globex” ou “GUSA”) atua basicamente no comércio varejista de eletroeletrônicos e eletrodomésticos, incluindo itens tais como: móveis, brinquedos eletrônicos, produtos de escritório, celulares, computadores e acessórios. A Companhia opera sob as bandeiras “Ponto Frio” e “Casas Bahia”. Sua sede social está localizada em São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia atua, também através: (i) de sua controlada PontoFrio.com Comércio Eletrônico S.A. (“Nova Pontocom”), no comércio eletrônico de qualquer produto para consumidores finais por meio dos sites: www.extra.com.br, www.pontofrio.com.br e www.casasbahia.com.br e no comércio pelo canal de televendas para pequenos e médios varejistas, além de soluções B2B como o E-Hub;; (ii) de sua coligada, Financeira Itaú CBD S.A. (“FIC”), que tem por finalidade, dentre outras, financiar as vendas a prazo conduzidas pela Companhia e por outras sociedades do Grupo Pão de Açúcar (“CBD” ou “GPA”), por meio de carteira de crédito. A FIC também opera na forma de banco múltiplo com as carteiras comercial e de investimento. A gestão da FIC é realizada pelo Itaú Unibanco Holding S.A. conforme definido no contrato de associação do Grupo Pão de Açúcar com o Itaú Unibanco e em acordo de acionistas.

Fundada em 1946, a Companhia em 30 de junho de 2011 operava com 989 lojas, sendo 456 operando sob a banderia Ponto Frio e 533 sob a bandeira Casas Bahia, presente em quase todo território brasileiro, contando ainda com uma infra-estrutura logística com 14 Centros de Distribuição.

a) Reorganizações Societárias

(i) *Associação com Casas Bahia*

Em 4 de dezembro de 2009, o acionista controlador Companhia Brasileira de Distribuição (GPA) e os sócios controladores de Casa Bahia Comercial Ltda. (“CB”) celebraram um Acordo de Associação visando à integração dos seus negócios do setor de varejo de bens duráveis, assim como a unificação dos negócios de comércio eletrônico de bens duráveis.

Em 1º de julho de 2010, o GPA e a Globex celebraram com CB e seus sócios controladores um aditivo ao Acordo de Associação. Em referido aditivo, as partes reviram certas condições para a associação entre Globex e CB (“Associação”), bem como definiram as etapas necessárias para sua implementação.

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações corporativas--Continuação

a) Reorganizações Societárias--Continuação

(i) *Associação Casas Bahia* -- Continuação

As partes submeteram conjuntamente ao Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência as condições da Associação, nos termos originalmente acordados e, conforme fato relevante divulgado pelas partes em 3 de fevereiro de 2010, firmaram naquela data Acordo Provisório de Reversibilidade da Operação (APRO) com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. Outrossim, em 06 de julho de 2010, as partes comunicaram ao CADE a celebração do mencionado aditivo.

Em 9 de novembro de 2010, foi realizada Assembléia Geral Extraordinária da Companhia, na qual todas as deliberações necessárias para a conclusão e implementação da Associação foram aprovadas, incluindo: (i) um aumento de capital realizado por GPA no montante de R\$ 755.520 (ativos líquidos da operação de eletro-eletrônicos de GPA, estabelecida pela bandeira “Extra Eletro”, no montante de R\$89.826, aplicações financeiras no montante de R\$290.143 e recebíveis de GPA no montante de R\$375.550); e (ii) um aumento de capital no montante de R\$1.468.900 (incorporação de ações de Nova Casa Bahia S.A.). Com isso, os sócios controladores de CB passaram a ser titulares de ações de emissão de Globex, representativas de 47,00% do seu capital social total e o GPA passou a ser titular de ações representativas de 52,41% do capital social total da Globex. Foram também incorporados os efeitos de R\$273.528 referente aos prejuízos de NCB entre 30 de junho e 31 de outubro de 2010. NCB foi consolidada nas demonstrações financeiras de Globex a partir de 1^o de novembro de 2010.

Adicionalmente, Globex permaneceu como acionista controlador de Nova Pontocom, sendo titular de ações ordinárias representando 50% do seu capital social, GPA passou a ser titular, direta e indiretamente, de ações representando 44% do capital social total de Nova Pontocom e alguns de seus executivos passaram a ser titulares das ações remanescentes, correspondentes a 6% do capital social total de Nova Pontocom.

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações corporativas--Continuação

a) Reorganizações Societárias--Continuação

(ii) *PontoFrio.com Comércio Eletrônico S.A.*

Em 15 de abril de 2010, o GPA, Nova Pontocom, German Pasquale Quiroga Vilardo, Eduardo Khair Chalita, Renato Guillobel Drumond e Eduardo Valente de Castro celebraram o Acordo de Transição, segundo o qual as partes regularam, de forma preliminar e transitória, a integração da unidade de negócios de comércio eletrônico denominada "Extra.com", de propriedade do GPA, nas atividades conduzidas pela Nova Pontocom, com vigência de 6 (seis) meses, a partir da data de sua assinatura, com previsão de renovação automática pelo mesmo período, ou até a implementação da integração definitiva, o que ocorresse antes.

Em 8 de novembro de 2010, os acionistas da Nova Pontocom, reunidos em assembleia geral, aprovaram o aumento de capital social da companhia mediante o aporte da unidade de negócios Extra.com. Dessa forma, a Nova Pontocom passou a integrar em definitivo as operações do o Extra.com e, conseqüentemente, foi encerrada a vigência do Acordo de Transição. Na mesma data, a E-Hub Consultoria, Participações e Comércio S.A., empresa que tem como objetivo prestar serviços na área de comércio eletrônico, passou a ser uma subsidiária integral da Nova Pontocom.

Por fim, em 9 de novembro de 2010, a Nova Pontocom integrou à sua operação, o site de comércio eletrônico denominado CasasBahia.com, mediante a celebração de contrato de licença de uso de marcas entre NCB e Nova Pontocom. Dessa forma, foi implementada a integração definitiva entre as plataformas Extra.Com, PontoFrio.com e CasasBahia.com.

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de elaboração

As informações contábeis intermediárias da controladora e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quanto aos instrumentos financeiros derivativos, que foram mensurados pelo valor justo.

As informações contábeis intermediárias da controladora e consolidadas estão apresentadas em Reais que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Companhia e de suas subsidiárias.

Os itens incluídos nas informações contábeis intermediárias da controladora e de cada uma das subsidiárias da Companhia foram mensurados adotando-se a moeda do ambiente econômico principal em que a subsidiária atua ("moeda funcional").

As informações contábeis intermediárias do período encerrado em 30 de junho de 2011 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de julho de 2011.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são elaboradas e apresentadas de acordo com pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e de acordo com o IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, respectivamente, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Nas informações contábeis intermediárias individuais, os investimentos em controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB"), seriam pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferenças entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Companhia e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas informações contábeis intermediárias individuais.

Para melhor apresentação e comparabilidade alguns saldos de 31 de dezembro de 2010 foram reclassificados.

Notas Explicativas**Globex Utilidades S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação

a) Participação em subsidiárias, associadas e "joint ventures"

Investimentos	Participação nos investimentos (%)		Participação nos investimentos (%)	
	30.06.2011		31.12.2010	
	GUSA	Participação indireta	GUSA	Participação indireta
Subsidiárias:				
Globex Administração e Serviços Ltda. ("GAS")	100,00%	-	100,00%	-
Rio Expresso Com. Atacadista de Eletrodomésticos Ltda. ("RIO")	100,00%	-	100,00%	-
Lake Niassa Empreendimentos e Participações	100,00%	-	100,00%	-
Ponto Frio Adm. e Importação de Bens Ltda. ("PFAB")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Sabara S.A.	100,00%	-	100,00%	-
Pontocred Negócios de Varejo Ltda. ("PCRED")	99,50%	0,50%	99,50%	0,50%
Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A. ("Nova Pontocom")	50,10%	49,90%	50,10%	49,90%
Nova Casa Bahia S.A. ("NCB")	100,00%	-	100,00%	-
Globex Administração de Consórcio Ltda. ("GAC")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Nova Extra Eletro Comercial Ltda.	99,90%	0,10%	99,90%	0,10%
Casas Bahia Contact Center Ltda.	0,01%	99,99%	-	100,00%
Associadas e Joint Ventures				
Globex – Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios	13,61%	86,39%	12,50%	87,50%
Móveis Bartira Ltda.	-	25,00%	-	25,00%
Financeira Itaú CBD S.A. ("FIC")	-	14,24%	-	14,24%
Banco Investcred Unibanco S.A. ("BINV")	-	50,00%	-	50,00%
PF Leasing	-	100,00%	-	100,00%

b) Subsidiárias

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações contábeis intermediárias de todas as subsidiárias nas quais a controladora exerce controle, direto ou indireto.

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo sociedades de propósito específico) em que a Companhia tem poder para governar as políticas financeiras e operacionais e detém, de modo geral, ações que representam mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos potenciais direitos de voto atualmente exercíveis ou conversíveis são levados em consideração para determinar se a Companhia controla ou não outra entidade. As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição, que corresponde à data em que a Companhia obtém o controle, e excluídas da consolidação a partir da data em que esse controle é perdido.

As informações contábeis intermediárias das subsidiárias são elaboradas na mesma data base da controladora, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre empresas do grupo, receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados e dividendos resultantes de operações entre empresas do grupo são integralmente eliminados.

Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em subsidiárias, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

Os prejuízos são atribuídos às participações de acionistas não controladores, mesmo que isso resulte em saldo devedor.

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação—Continuação

c) Associadas – BINV e FIC

Os investimentos da Companhia em suas associadas FIC e BINV, sendo ambas instituições de financiamento de vendas diretamente para clientes do GPA e resultam de uma associação do Banco Itaú Unibanco com o GPA e a Globex são contabilizados segundo o método da equivalência patrimonial. Uma associada é uma companhia na qual a Companhia exerce influência significativa, mas não o controle.

O poder sobre as decisões operacionais e financeiras do BINV e da FIC é pertencente ao Banco Itaú-Unibanco ("Itaú-Unibanco"). Dessa forma, a Companhia exerce influência significativa sobre estes investimentos e os reconhece pelo método de equivalência patrimonial.

Segundo o método da equivalência patrimonial, o investimento na associada é contabilizado pelo custo, refletindo ainda as alterações da participação da Companhia no patrimônio líquido da associada posteriores à aquisição. O ágio relacionado à associada está incluído no valor contábil do investimento e não é amortizado nem submetido separadamente a testes de recuperação.

A demonstração do resultado do período reflete a parcela dos resultados das operações da associada. Quando há uma alteração reconhecida diretamente no patrimônio da associada, a Companhia reconhece sua participação nas eventuais alterações e a evidencia, conforme o caso, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados resultantes de operações entre a Companhia e a associada são eliminados na medida da participação na associada.

A participação nos lucros das associadas está refletida na demonstração do resultado do período como resultados de equivalência patrimonial, correspondente ao lucro atribuível aos acionistas da associada, relacionada, portanto, ao lucro depois dos impostos e participações de acionistas não controladores nas subsidiárias das associadas. As informações contábeis intermediárias das associadas são elaboradas para a mesma data de encerramento da controladora. Quando necessário, são feitos ajustes para harmonizar as políticas contábeis com as da Companhia.

Depois da aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer uma perda por não recuperação adicional referente ao investimento da Companhia em suas associadas. A Companhia verifica na data de cada balanço se há evidências de que o investimento na associada não será recuperável. Se aplicável, a Companhia calcula o valor da perda como a diferença entre o valor recuperável do investimento e seu valor contábil e reconhece a perda na demonstração do resultado do período.

Em caso de perda de sua influência significativa sobre a associada, a Companhia mensura e reconhece os eventuais investimentos remanescentes pelo valor justo. As eventuais diferenças entre o valor contábil da associada, quando da perda da influência significativa, e o valor justo do investimento remanescente e dos resultados da baixa são reconhecidas na demonstração do resultado do período.

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação—Continuação

d) Participação em *joint venture* - Bartira

A Companhia possui participação indireta em uma *joint venture* controlada em conjunto, denominada Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira"), na qual os participantes (Globex, por meio de sua subsidiária Nova Casa Bahia S.A. ("NCB"), com 25%, e a família Klein, por meio da Casa Bahia Comercial Ltda. com 75%) formalizaram um acordo de sócios que estabelece controle conjunto sobre as atividades operacionais da entidade.

O acordo de sócios exige deliberação unânime dos participantes para a tomada de decisões financeiras e operacionais. A Companhia reconhece em suas informações contábeis intermediárias consolidadas sua participação na *joint venture* utilizando o método de consolidação proporcional. Portanto, combina sua parcela proporcional de cada ativo, passivo, receitas e despesas da *joint venture* com itens semelhantes – linha a linha – em suas informações contábeis intermediárias consolidadas. As informações contábeis intermediárias da *joint venture* são preparadas para o mesmo período adotado pela Companhia. Os eventuais ajustes são feitos quando necessários para alinhar as práticas contábeis.

Demonstramos abaixo as informações financeiras condensadas da sociedade controlada em conjunto pela Companhia:

	<u>30.06.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Ativo circulante	91.438	109.120
Ativo não circulante	64.297	64.836
Total do ativo	<u>155.735</u>	<u>173.956</u>
Passivo circulante	61.424	80.288
Passivo não circulante	3.020	5.858
Patrimônio líquido	91.291	87.810
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>155.735</u>	<u>173.956</u>
Resultado (i):		
Receita líquida de vendas e prestação de serviços	232.224	71.188
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda	(5.494)	(2.528)
Lucro (prejuízo) do período	<u>(3.481)</u>	<u>(1.880)</u>

(i) Os saldos apresentados em 31 de dezembro de 2010 incluem os resultados de dois meses.

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis

a) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos na data em que a Companhia celebra o contrato. Quando reconhecidos, são registrados pelo valor justo, somado aos custos da transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre na data de cada balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada espécie de ativo ou passivo financeiro.

(i) *Ativos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros, mantidos pela Companhia e incluídos no escopo do CPC 38 (IAS 39), são classificados como ativos financeiros mensurado pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos, recebíveis e instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de *hedge*. A Companhia define a classificação de seus ativos financeiros quando do reconhecimento inicial.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de investimentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, são somados aos custos da transação diretamente atribuíveis.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exijam entrega de ativos dentro de um prazo definido por regulamento ou convenção no mercado (negociações em condições normais) são reconhecidas na data da negociação, isto é, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros da Companhia incluem o caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, contas a receber de partes relacionadas, depósitos judiciais e instrumentos financeiros derivativos.

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) *Ativos financeiros*--Continuação

Mensuração subsequente

Os ativos são classificados em uma das categorias a seguir, conforme a finalidade para a qual foram adquiridos ou emitidos:

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são mensurados pelo valor justo na data de cada balanço. As taxas de juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações derivadas da avaliação pelo valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado do período como receitas ou despesas financeiras, quando incorridas. Os ativos financeiros são classificados como ativos financeiros pelo valor justo no resultado se adquiridos para fins de venda ou recompra a curto prazo, com alterações reconhecidas nas receitas ou despesas financeiras. A Companhia não possui derivativos que não sejam enquadrados como *hedge accounting*. São classificados nesta categoria os caixa e equivalentes de caixa mantidos pela Companhia; e
- Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial, são mensurados utilizando-se o custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. A receita de juros, a correção monetária e a variação cambial, deduzidas as perdas por desvalorização, conforme o caso, são reconhecidas na demonstração do resultado do período como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.
- Ativos e passivos financeiros mantidos até o vencimento: são ativos e passivos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício, usando o método da taxa de juros efetiva.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, conforme o caso, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa; e
- A Companhia transferiu seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle do ativo.

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) *Ativos financeiros*--Continuação

Desreconhecimento de ativos financeiros--Continuação

Quando a Companhia transfere seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse, sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é reconhecido na medida da continuidade do envolvimento da Companhia nesse ativo.

Nesse caso, a Companhia reconhece também um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia.

Perda do valor recuperável de ativos financeiros

Nas datas dos balanços, a Companhia verifica se há indícios de perda do valor recuperável de um ativo ou grupo de ativos financeiros. A perda do valor recuperável de um ativo ou grupo de ativos financeiros é considerada apenas (e tão somente) se houver evidências objetivas resultantes de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda"), e caso referido evento venha a impactar os futuros fluxos de caixa estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros, os quais podem ser estimados com segurança. As evidências de perda do valor recuperável podem incluir indícios de que os devedores (ou grupo de devedores) estão passando por dificuldades financeiras significativas, moratória ou inadimplência na amortização dos juros ou do principal, probabilidade de que entrem em processo de falência ou outro tipo de reorganização financeira e quando esses dados indicam queda mensurável nos fluxos de caixa futuros, tais como variações em juros moratórios ou condições econômicas que se correlacionam com inadimplementos.

O valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se as perdas de crédito futuras não incorridas) descontados pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido por meio do uso de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado do período. A receita de juros é registrada nas informações contábeis intermediárias como parte das receitas financeiras. No caso de empréstimos ou investimento mantidos até o vencimento com taxa de juros variável, a taxa de desconto para mensuração das eventuais perdas por não recuperação é a taxa de juros efetiva atual definida nos termos do contrato. Para simplificar, a Companhia mensura a não recuperação com base no valor justo do instrumento adotando um preço de mercado observável.

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) *Ativos financeiros*--Continuação

Perda do valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

Se, em período subsequente, o valor da perda por não recuperação se reduzir e a redução puder ser associada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da provisão (tal como uma melhora da classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por desvalorização reconhecida anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado do período consolidada. Se uma baixa for recuperada posteriormente, a recuperação é também reconhecida na demonstração do resultado do período.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Quanto aos ativos financeiros mantidos até o vencimento, a Companhia, em primeiro lugar, verifica se há evidência objetiva de perda do valor recuperável individualmente para os ativos financeiros que são individualmente significativos, ou coletivamente para os ativos que não são individualmente significativos. Caso a Companhia determine a inexistência de evidências objetivas de perda do valor recuperável de um ativo financeiro avaliado individualmente – seja esta perda significativa ou não –, a Companhia o classifica em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes, os quais são avaliados coletivamente. Os ativos avaliados individualmente quanto à perda do valor recuperável, ou para os quais a perda do valor recuperável é (ou continua a ser) reconhecida, não estão inclusos na avaliação coletiva da perda.

Caso haja evidência objetiva da ocorrência da perda do valor recuperável, o valor da respectiva perda é calculado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente do fluxo de caixa estimado (excluindo perdas de crédito estimadas e ainda não incorridas). O valor presente do fluxo de caixa estimado é descontado à taxa de juros original dos ativos financeiros. Se um ativo financeiro tiver uma taxa de juros variável, o desconto para mensurar eventuais perdas do valor recuperável será a taxa de juros efetiva à data presente.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma conta de provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado do período. A receita financeira continua a ser acumulada sobre o valor contábil reduzido à taxa de juros utilizada para descontar fluxo de caixa futuro a fim de mensurar a perda do valor recuperável. Além disso, a receita de juros é contabilizada como parte do resultado financeiro na demonstração do resultado do período. Os empréstimos e recebíveis, juntamente com as respectivas provisões, são baixados quando não há perspectivas reais de recuperação futura, e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Caso, no exercício subsequente, a perda estimada do valor recuperável sofra alguma variação devido a um evento ocorrido após seu reconhecimento, um ajuste é efetuado na conta de provisão. Se uma baixa for recuperada posteriormente, ela é creditada às despesas financeiras na demonstração do resultado do período.

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) *Ativos financeiros*--Continuação

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou que possam ser apurados sem cotação em mercado ativo. Após mensuração inicial, esses ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado segundo o método de taxa efetiva de juros (TEJ), deduzindo a perda do valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando-se em consideração eventuais descontos ou prêmios sobre aquisição e tarifas ou custos que constituem o TEJ. A amortização da TEJ está incluída no resultado financeiro líquido, na demonstração do resultado do período. As despesas decorrentes da perda do valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado do período em despesas financeiras.

A Companhia securitiza suas contas a receber por meio da sociedade de propósito específico, Globex FIDC. (Veja nota explicativa 10).

O contas a receber oriundo de contratos comerciais decorrem de bônus e descontos concedidos por fornecedores, contratualmente estabelecidos e calculados sobre os volumes de compra, ações de marketing, reembolsos de custo de frete, etc.

(ii) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros no escopo do CPC 38 (IAS 39) são classificados como passivos financeiros mensurado pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos ou financiamentos ou instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um relacionamento de *hedge* efetivo, conforme o caso.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, somados aos custos da operação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) *Passivos financeiros*--Continuação

Mensuração subsequente

A mensuração depende da classificação dos passivos, conforme segue:

- Empréstimos e financiamentos: Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos remunerados são posteriormente mensurados pelo custo amortizado adotando-se o método da taxa de juros efetiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do período quando da baixa dos passivos, bem como pelo processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Desreconhecimento de passivo financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo é quitada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal substituição ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é informado nos balanços patrimoniais, se, e somente se, houver o direito de compensação dos valores reconhecidos e intenção de liquidar em base líquida ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

A nota explicativa 19 contém uma análise do valor justo dos instrumentos financeiros e detalhes adicionais sobre o modo como é mensurado.

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Contabilização de *hedge*

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos como *swaps* de taxas de juros e *swaps* de variação cambial. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e posteriormente re-mensurados pelo valor justo. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações do valor justo dos derivativos são contabilizados diretamente no resultado.

Para fins de contabilização de *hedge*, estes são classificados como *hedges* de valor justo quando protegem contra a exposição a alterações do valor justo de um ativo ou passivo reconhecido.

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia designa formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar à contabilização de *hedge* o seu objetivo e a estratégia de gestão de risco para contratá-lo. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou operação protegida, a natureza do risco protegido e o modo como a Companhia deverá avaliar a eficácia das alterações do valor justo do instrumento de *hedge* na neutralização da exposição a alterações do valor justo do item protegido ou do fluxo de caixa atribuível ao risco protegido. A expectativa é de que esses *hedges* sejam altamente eficazes na neutralização das alterações do valor justo ou do fluxo de caixa, sendo avaliados permanentemente para se determinar se realmente estão sendo altamente eficazes ao longo de todos os períodos dos relatórios financeiros para os quais foram designados.

Os *hedges* que satisfazem aos critérios de contabilização de *hedge* são contabilizados, para as transações mantidas pela Companhia, como *hedge* de valor justo, seguindo os seguintes procedimentos:

- A alteração do valor justo de um instrumento financeiro derivativo classificado como *hedge* de taxa de juros é reconhecido como resultado financeiro. A alteração do valor justo do item protegido é registrado como parte do valor contábil do item protegido, sendo reconhecido na demonstração do resultado do período.
- Com relação aos *hedges* de valor justo relacionados a itens contabilizados pelo custo amortizado, o ajuste ao valor contábil é amortizado no resultado ao longo do período restante até o vencimento. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que houver um ajuste, devendo sê-lo, no máximo, no momento em que o item protegido deixar de ser ajustado pelas alterações de seu valor justo atribuível ao risco protegido.
- Se o item protegido for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

c) Caixa e equivalentes de caixa

De acordo com o CPC 03 (IAS 7), o caixa e equivalentes de caixa compreendem ao caixa e às aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores em dinheiro conhecidos e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com data de vencimento original igual ou inferior a três meses. Os saldos bancários negativos estão incluídos no passivo circulante nas informações trimestrais.

d) Estoques

Os estoques são contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluídos os custos de armazenamento e manuseio, na medida que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas da Companhia.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Os estoques também são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação.

e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários circulantes e os ativos e passivos não circulantes, quando relevantes, são ajustados ao seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a respectiva taxa de juros, explícita ou implícita.

Os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a referidos ativos e passivos são ajustados para o apropriado reconhecimento em conformidade com o regime de competência. A constituição do ajuste a valor presente é registrada nas rubricas, sujeitas a aplicação da norma, e tem como contrapartida a rubrica "resultado financeiro".

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia avalia, nas datas dos balanços, se há indícios de que um ativo possa não ser recuperável. Quando existem indicadores de não recuperação, ou quando do teste anual de não recuperação, a Companhia estima o valor de recuperação do ativo. O valor de recuperação de um ativo é o maior entre valor justo do ativo ou o valor em uso de sua unidade geradora de caixa (UGC), apura-se o valor recuperável de cada ativo específico, salvo se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos. Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e baixado para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado, ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Na apuração do valor justo com dedução dos custos de venda, adota-se um modelo de avaliação adequado. Esses cálculos são corroborados por múltiplos de avaliação, preços de ações cotados, no caso das subsidiárias cuja as ações são negociadas em mercado organizado, ou outros indicadores de valor justo disponíveis.

As perdas por não recuperabilidade são reconhecidas no resultado do período em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável.

Com relação aos ativos, com exceção do ágio, faz-se uma avaliação, na data de cada balanço, dos eventuais indícios de que as perdas por não recuperação reconhecidas anteriormente não existam mais ou tenham se reduzido. Caso existam tais indícios, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou unidade geradora de caixa. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houve alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente. A reversão é limitada de modo que o valor contábil do ativo não exceda seu valor recuperável ou o valor contábil que seria apurado, líquido da depreciação, se não fosse reconhecida nenhuma perda por não recuperação do ativo em períodos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado do período.

Aplicam-se também os critérios a seguir na avaliação da não recuperação de ativos específicos:

Ágio

O ágio é submetido a testes de não recuperação anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável.

A não recuperação do ágio é apurada avaliando-se o valor de recuperação de cada UGC (ou grupo de UGCs) à qual se referir o ágio. Quando o valor de recuperação da unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, reconhece-se uma perda por não recuperação. As perdas por não recuperação relacionadas ao ágio não podem ser revertidas em períodos futuros. O valor recuperável é o maior entre seu valor de uso e o valor justo, menos os custos de venda desse ativo, de uma UGC.

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por não recuperação, individualmente ou no nível da UGC. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes de baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do período no momento de baixa do ativo.

g) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação acumuladas, se houver. O custo inclui o montante de reposição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, a Companhia reconhece tais componentes como ativos individuais, com vidas úteis e depreciação específicas. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Categoria de ativos	Taxa de depreciação anual em % 30.06.2011
Edifícios	2,50%
Benfeitorias	4,17%
Equipamentos de processamento de dados	10,00% a 50,00%
Instalações	4,17% a 10,00%
Móveis e utensílios	8,33% a 33,33%
Veículos	20,00%
Máquinas e equipamentos	2,78% a 50,00%
Decoração	20,00%

Itens do imobilizado, e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos (calculados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo) são incluídos no resultado quando da baixa do ativo.

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

h) Custos de captação de empréstimos

Os custos de captação de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que demande um período de tempo substancial para ser finalizado para o uso ou venda pretendido são capitalizados como parte do custo dos respectivos ativos. Todos os demais custos de captação de empréstimos são lançados como despesas no período em que ocorrem. Os custos de captação de empréstimos compreendem os juros e demais custos em que a Companhia incorre em função da captação de recursos.

i) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são determinados com base em seu valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são contabilizados pelo custo, deduzidas a amortização acumulada e as eventuais perdas por não recuperação acumuladas. Os ativos intangíveis gerados internamente, excluindo-se os custos capitalizados de desenvolvimento de *software*, não são capitalizados, e os gastos são refletidos na demonstração do resultado do período quando incorridos.

Os ativos intangíveis compreendem principalmente *software* adquirido de terceiros e *software* desenvolvido para uso interno.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento de cada exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças das premissas contábeis. As despesas de amortização com ativos intangíveis de vida útil definida são reconhecidas na demonstração do resultado do período, na categoria correspondente à função do ativo intangível.

Os custos de desenvolvimento de *software* reconhecido como ativo são amortizados ao longo de sua vida útil definida. O *software* é amortizado ao longo de cinco anos.

Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas submetidos a testes de recuperação no encerramento de cada exercício ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação é revista anualmente para determinar se a vida útil indefinida continua válida. Caso contrário, a vida útil é alterada prospectivamente de indefinida para definida.

Os ganhos ou perdas resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do período quando da baixa do ativo.

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

j) Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes

Os ativos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com previsão de realização ou que se pretenda vender ou consumir no prazo de doze meses a partir da data do balanço, são classificados como ativos circulantes. Os passivos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com previsão de liquidação no prazo de doze meses a partir da data do balanço são classificados como circulantes. Todos os demais ativos e passivos (inclusive impostos fiscais diferidos) são classificados como "não circulantes".

Todos os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como ativos ou passivos não circulantes.

k) Arrendamento mercantil

A definição de um acordo como arrendamento mercantil ou contendo um arrendamento mercantil, baseia-se no teor do acordo em sua data inicial, isto é, se o cumprimento do acordo depende do uso de um ou mais ativos específicos ou se o acordo transfere um direito de uso do ativo.

A Companhia como arrendatária

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro, que transferem para a Companhia substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios derivados da propriedade do item arrendado, são capitalizados quando do início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil, o que for menor. Os pagamentos de arrendamento mercantil são alocados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento mercantil, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ativos arrendados são depreciados ao longo de sua vida útil. Porém, se não houver uma certeza razoável de que a Companhia obterá a titularidade quando do encerramento do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo do arrendamento mercantil, o que for menor.

Os contratos de arrendamento mercantil são classificados como arrendamento mercantil operacionais quando não há transferência do risco e benefícios derivados da titularidade do item arrendado.

Os pagamentos das parcelas do arrendamento mercantil (com exceção dos custos dos serviços, tais como seguro e manutenção) classificados como contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesas, conforme sua competência, durante o prazo do arrendamento mercantil.

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

k) Arrendamento mercantil--Continuação

A Companhia como arrendadora

Os arrendamentos mercantis em que a Companhia não transfere substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios da titularidade do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os custos iniciais diretos de negociação dos arrendamentos mercantis operacional são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos ao longo do prazo do contrato, na mesma base das receitas de aluguéis.

Os aluguéis contingentes são reconhecidos como receitas nos períodos em que são auferidos.

l) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável de que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. Nas hipóteses em que a Companhia tem a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão – como, por exemplo, em virtude de um contrato de seguro – o reembolso é reconhecido como um ativo à parte, mas somente quando é praticamente certo. A despesa relacionada à eventual provisão é apresentada na demonstração do resultado do período, líquida do eventual reembolso.

m) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício, com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos em lei. Os eventuais valores que excederem esse mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são aprovados pelos acionistas da Companhia.

n) Patrimônio líquido

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Quando uma parte relacionada adquire ações do capital social da Companhia (ações em tesouraria), a remuneração paga, incluindo os eventuais custos incrementais diretamente atribuíveis, é deduzida do capital dos acionistas da Companhia, até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são posteriormente reemitidas, a eventual remuneração recebida, líquida dos eventuais custos da operação diretamente atribuíveis, é incluída no capital aos acionistas da Companhia. Não se reconhecem perdas ou ganhos resultantes da compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos representativos do capital da própria Companhia. As eventuais diferenças entre o valor contábil e a remuneração são reconhecidas como outras reservas de capital.

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

o) Pagamento baseado em ações

Os funcionários (incluindo executivos seniores do Grupo) recebem remuneração sob a forma de pagamento baseado em ações, segundo os quais os funcionários prestam serviços em troca de instrumentos patrimoniais ("operações liquidadas com ações").

Operações liquidadas com ações

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido, juntamente com um correspondente aumento do patrimônio líquido, ao longo do período no qual as condições de performance e/ou prestação de serviços são satisfeitas. As despesas acumuladas reconhecidas com relação aos instrumentos patrimoniais em cada data-base, até a data de aquisição, reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos.

A despesa ou receita referente a cada período representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do período. Não são reconhecidas despesas referentes a serviços que não completarão o seu período de aquisição, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente de ser satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.

Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação que eleve o valor justo total da operação de pagamento baseado em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação.

Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, esta é tratada como se fosse totalmente adquirida na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas referentes ao prêmio são reconhecidas imediatamente ao resultado do período. Isso inclui qualquer prêmio cujas condições de não aquisição sob o controle da Companhia ou do funcionário não sejam satisfeitas. Porém, se o plano cancelado for substituído por um novo plano e designada como outorgas substitutas na data em que for outorgada, a outorga cancelada e o novo plano é tratado como se fosse uma modificação da outorga original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com ações são tratados da mesma forma.

O efeito dilutivo das opções em aberto é refletido como uma diluição adicional das ações no cálculo do lucro diluído por ação (Vide nota explicativa 29).

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

p) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações em circulação durante o período, exceto as ações emitidas para pagamento de dividendos e ações em tesouraria.

O lucro diluído por ação é calculado pelo método das ações em tesouraria, conforme segue:

- *numerador*: lucro do período; e
- *denominador*: número de ações ajustado de modo a incluir as possíveis ações correspondentes a instrumentos dilutivos (opções de ações), deduzido o número de ações que poderiam ser recompradas no mercado, conforme o caso.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação.

q) Apuração do lucro líquido

As receitas são reconhecidas na medida em que for provável que a Companhia receberá benefícios econômicos e é possível mensurar as receitas de forma confiável. As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se os descontos, abatimentos e impostos ou taxas sobre vendas. A Companhia avalia seus contratos geradores de receitas segundo critérios específicos para determinar se atua na qualidade de principal ou de agente. A Companhia concluiu que atua na qualidade de principal em todos os seus contratos geradores de receitas, salvo os que se referem a garantias estendidas e intermediação na venda de apólice de seguros. Nesse caso especificamente, a Companhia atua como agente, sendo a receita reconhecida numa base líquida, que reflete a comissão recebida das seguradoras. Além disso, devem ser satisfeitos os critérios de reconhecimento específicos a seguir para que as receitas sejam reconhecidas:

(i) *Receita*

a) Vendas de mercadorias

As receitas são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de mercadorias e serviços. As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

q) Apuração do lucro líquido

(i) *Receita*--Continuação

b) Receita de juros

Registra-se uma receita ou despesa de juros referente a todos os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro – ou período menor, conforme o caso – ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída no resultado financeiro na demonstração do resultado do período.

(ii) *Lucro bruto*

O lucro bruto corresponde à diferença entre a receita líquida de vendas e o custo das mercadorias vendidas. O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e bonificações recebidas de fornecedores, variações nos estoques e custos de logística.

A bonificação recebida de fornecedores é mensurada com base nos contratos e acordos assinados com os mesmos.

O custo das vendas inclui o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pela Companhia, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição.

(iii) *Despesas de vendas*

As despesas de venda compreendem todas as despesas das lojas, tais como salários, *marketing*, ocupação, manutenção etc.

(iv) *Despesas gerais e administrativas*

As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, TI e funções financeiras.

(v) *Outras despesas operacionais líquidas*

As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ocorridos durante o período que não se enquadrem na definição das demais rubricas da demonstração do resultado do período, adotada pela Companhia.

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

q) Apuração do lucro líquido—Continuação

(vi) *Resultado financeiro*

As despesas financeiras incluem substancialmente todas as despesas geradas pela dívida líquida e pela securitização de recebíveis durante o período, compensadas com os juros capitalizados, as perdas relacionadas à mensuração dos derivativos pelo valor justo, as perdas com alienações de ativos financeiros, os encargos financeiros sobre demandas judiciais e impostos e despesas de juros sobre arrendamento mercantil financeiro, bem como ajustes referentes a descontos.

As receitas financeiras incluem, substancialmente os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa e por depósitos judiciais, os ganhos relacionados à mensuração de derivativos pelo valor justo, os descontos em compras obtidos de fornecedores e receitas referentes a descontos.

r) Tributação

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos, referentes ao período atual e a períodos anteriores, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, nas datas dos balanços.

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15% sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R\$240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias, na data do balanço, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis.

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referente a todas as diferenças temporárias dedutíveis e créditos e prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá lucro tributável contra o qual se possa deduzir as diferenças temporárias e prejuízos fiscais não utilizados, exceto quando o imposto de renda e contribuição social diferido referente à diferença temporária dedutível resulta do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal.

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos referente a todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto quando o passivo fiscal diferido resultar do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

r) Tributação--Continuação

Imposto de renda diferido--Continuação

Com relação às diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em subsidiárias e associadas, são reconhecidos imposto de renda e contribuição social diferidos somente na medida em que seja provável que as diferenças temporárias serão revertidas em um futuro previsível e que haverá um lucro tributável contra o qual se possa utilizar as diferenças temporárias.

O valor contábil do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são revisados na data de cada balanço e reduzido na medida em que deixe de ser provável que haverá um lucro tributável suficiente para permitir a utilização da totalidade ou de parte imposto de renda e contribuição social diferidos. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço e reconhecidos na medida em que tenha se tornado provável que haverá lucros tributáveis futuros que permitam a recuperação desses ativos.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados segundo as alíquotas previstas para ser aplicadas no período em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, com base nas alíquotas (e leis tributárias) em vigor ou substancialmente em vigor nas datas dos balanços.

Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são compensados se houver um direito legal ou contratual para compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais de imposto de renda, e os impostos diferidos se referirem à mesma companhia contribuinte e à mesma autoridade tributária.

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

r) Tributação--Continuação

Outros Impostos

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"), ao Imposto sobre Serviços ("ISS"), à contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), segundo as alíquotas vigentes em cada região, e são apresentadas como deduções das vendas no resultado do período.

Os valores a recuperar derivados do ICMS sobre substituição tributária e PIS e COFINS não cumulativos são deduzidos do custo das mercadorias vendidas.

Os impostos a recuperar ou impostos pagos antecipadamente estão demonstrados no ativo circulante e não circulante, de acordo com o momento previsto de sua realização.

As receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos do valor do imposto sobre vendas, exceto:

- Quando o imposto sobre vendas incidente sobre uma compra de ativos ou serviços não é recuperável junto à autoridade fiscal – nesse caso, o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou como parte do item de despesa, conforme o caso; e
- Os valores a receber e a pagar demonstrados com o valor do imposto sobre vendas incluído. O valor líquido do imposto sobre vendas a recuperar ou a pagar à autoridade fiscal está incluído como parte dos valores a receber ou a pagar nos balanços patrimoniais.

s) Plano de pensão

O plano de pensão é custeado por meio de pagamentos a seguradoras, sendo classificado como plano de contribuição definida de acordo com o CPC 33 (IAS 19). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão no qual a Companhia paga contribuições fixas para uma pessoa jurídica distinta. A Companhia não tem qualquer obrigação legal ou construtiva de efetuar contribuições adicionais se o fundo não dispuser de ativos suficientes para pagar a todos os funcionários os benefícios referentes ao tempo de serviço no período atual e nos períodos anteriores. Vide nota explicativa 30.

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Normas publicadas ainda não vigentes

Não há CPCs publicados ainda não vigentes, porém há normas IFRS publicadas para as quais ainda não há alteração nos CPCs vigentes, porém espera-se que as normas brasileiras estejam adequadas às normas internacionais até a data de início da vigência das mesmas. Segue um resumo das principais normas IFRS publicadas e ainda não vigentes, bem como a expectativa de impactos sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas - O IFRS 10 substitui o SIC 12 e IAS 27 e se aplica às demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades. A norma passa a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.

IFRS 11 –Joint Ventures - O IFRS 11 substitui o SIC 13 e IAS 31 e se aplica às entidades controladas em conjunto. A norma passa a vigorar por períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.

IFRS 12 – Divulgação da participação em outras entidades - O IFRS 12 trata da divulgação de participação em outras entidades, cujo objetivo é possibilitar que os usuários conheçam os riscos, a natureza e os efeitos sobre as demonstrações financeiras dessa participação. A norma passa a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.

IFRS 13 – Mensuração do valor justo - O IFRS 13 se aplica quando outros pronunciamentos de IFRS exigem ou permitem mensurações ou divulgações do valor justo (e mensurações, tais como o valor justo menos custo de venda, com base no valor justo ou divulgações sobre as referidas mensurações). A norma passa a vigorar por períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.

IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital - A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passa a vigorar a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. A Companhia não espera que a IFRIC 19 tenha impacto significativo em suas demonstrações financeiras consolidadas.

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Normas publicadas ainda não vigentes--Continuação

O IASB emitiu esclarecimentos para as normas e emendas de IFRS com aplicabilidade após 01 de julho de 2011. Abaixo elencamos as principais emendas:

- IAS 19 – Benefícios aos empregados;
- IAS 24 – Divulgações sobre partes relacionadas;
- IAS 27 – Demonstrações financeiras separadas;
- IAS 28 – Investimentos em coligadas;
- IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relatório financeiro;

A Companhia avaliará os impactos na adoção desses pronunciamentos e interpretações e espera não ter impacto significativo em suas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas

Julgamentos

A elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do período. Porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais do valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou os seguintes julgamentos estimativas e premissas, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas:

a) *Compromissos de arrendamento mercantil financeiro – A Companhia como arrendatária*

A Companhia celebrou contratos de locação de imóveis comerciais em sua carteira de imóveis arrendados e com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos, que retém a totalidade dos riscos e recompensas significativos da propriedade desses imóveis e contabilizou os contratos como arrendamento mercantil financeiro.

b) *Redução ao valor recuperável - "Impairment"*

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia avaliou se havia indícios de ativos que poderiam não ser recuperáveis e no período findo em 30 de junho de 2011 não foi identificado indícios ou fatos para uma nova avaliação.

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

a) *Impostos sobre a renda*

Existem incertezas quanto à interpretação da complexa regulamentação fiscal e quanto ao valor e momento do lucro real futuro. Em virtude da natureza e complexidade dos negócios da Companhia, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas razoáveis, para as possíveis conseqüências de inspeções das autoridades fiscais dos respectivos países em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela companhia contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem referir-se a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva companhia.

São reconhecidos o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável contra o qual os prejuízos possam ser compensados. A definição do valor do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro real futuro, baseados no plano anual de negócios aprovado pelo Conselho de Administração.

Os prejuízos fiscais da Companhia totalizam um benefício fiscal de R\$305.869 em 30 de junho de 2011 (R\$286.181 em 31 de dezembro de 2010). Esses prejuízos não têm prazo prescricional e referem-se a subsidiárias que dispõem de oportunidades de planejamento tributário para suporte de uma parcela desses saldos.

A nota explicativa 21 fornece outros detalhes sobre impostos.

b) *Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros*

Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas informações contábeis intermediárias é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo CPC 38 (IAS 39), a qual determina certas técnicas de avaliação, entre as quais o modelo do fluxo de caixa descontado. As informações para esses modelos são obtidos, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados ativamente em mercados organizados é apurado com base em cotações de mercado, nas datas dos balanços, sem dedução dos custos da operação. No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, *benchmarking* do valor justo de instrumentos financeiros similares, análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

b) Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros--Continuação

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser observado em mercados ativos, eles são determinados usando técnicas de valorização, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As informações desses modelos são extraídas do mercado quando possível. Quando tais informações não são possíveis, julgamento é requerido na determinação do valor justo. O julgamento inclui considerações dos *inputs* tais como: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo dos instrumentos financeiros.

c) Pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo das transações com empregados liquidadas com ações com base no valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. A estimativa do valor justo das operações de pagamento baseado em ações exige uma definição do modelo de avaliação mais adequado, o que depende dos termos e condições da outorga. Essa estimativa exige também uma definição das informações mais adequadas para o modelo de avaliação, incluindo a expectativa de vida útil da opção de ações, a volatilidade e o retorno dos dividendos, bem como a elaboração de premissas correspondentes. As premissas e modelos adotados na estimativa do valor justo referente às operações de pagamento com base em ações estão evidenciados na nota explicativa 25.

7. Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 eram remuneradas principalmente pela taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). Os recursos em aplicações financeiras em caixa e em contas bancárias são classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

	Taxa *	Controladora		Consolidado	
		30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Caixa e contas bancárias		20.497	23.965	94.781	233.584
<u>Aplicações financeiras:</u>					
Bradesco	101,0%	-	-	471.012	38.851
Itaú BBA	77,4%	16.293	45.729	286.234	1.058.961
Banco Real	110,59%	490	467	490	467
Safra	101,0%	1.811	3.901	214.488	3.901
Santander	100,5%	96	93	139.578	93
Votorantim	100,5%	2.071	2.353	3.529	6.228
Banco do Brasil	100,20%	102.475	-	174.523	-
Aplicações automáticas	20,00%	358	9.069	985	9.069
Rabobank	-	-	81	-	81
HSBC Private Bank	102,50%	-	-	841	906
Banrisul	30,59%	153	149	153	149
		144.244	85.807	1.386.614	1.352.290

*Taxa média do CDI

Notas Explicativas**Globex Utilidades S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Títulos e valores mobiliários

	Taxas	Consolidado
		31.12.2010
Banco do Brasil	CDI + 10,92% e CDB 100,20%	315.332
Santander	101,00%	190.307
Safra	101,00%	102.363
		608.002
Circulante		600.613
Não circulante		7.389

Em 30 de junho de 2011 as aplicações da Companhia não apresentavam restrições para movimentação, essas operações foram reclassificadas para caixa e equivalente de caixa (vide nota explicativa 7).

9. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Administradores de cartões de crédito (a)	29.684	15.272	90.560	65.959
Contas a receber de clientes do negócio atacado	3.075	5.101	37.364	13.233
Financiamento ao consumidor (b)	-	-	1.648.846	879.620
Financiamento ao consumidor – Bradesco (b.1)	-	-	186.027	619.541
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (e)	(1.772)	(2.863)	(187.482)	(171.411)
Contas a receber – FIDCs (c)	35.294	101.915	1.250.446	492.842
Ajuste a valor presente (d)	-	-	(6.573)	(7.062)
Outras contas a receber de clientes	1.135	49.658	33.465	84.070
Circulante	67.416	169.083	3.052.653	1.976.792
Financiamento ao consumidor – crédito direto	-	-	97.607	85.597
Financiamento ao consumidor – Bradesco (b.1)	-	-	872	29.835
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (e)	-	-	(5.000)	(8.063)
Não circulante	-	-	93.479	107.369

a) Administradores de cartão de crédito

As vendas por cartão de crédito são recebíveis de cartões de crédito referentes à venda de eletrodomésticos com vencimento em parcelas de até 18 meses.

A Companhia vende ou desconta seus recebíveis de cartões de crédito a bancos ou administradoras de cartões de crédito para obter capital de giro.

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Contas a receber de clientes--Continuação

b) Financiamento ao consumidor

Correspondem aos financiamentos por crédito direto ao consumidor por interveniência (CDCI), que podem ser parcelados em até 24 meses, principalmente na subsidiária Nova Casa Bahia (NCB).

A Companhia mantém contratos com instituições financeiras nos quais é designada como interveniente dessas operações. Vide nota explicativa 18.

b.1) Financiamento ao consumidor – Banco Bradesco

A subsidiária NCB mantinha um acordo operacional com o Banco Bradesco (“Bradesco”), por intermédio de sua subsidiária Finasa, para a concessão de financiamento aos seus clientes com o objetivo de viabilizar a aquisição de mercadoria em suas lojas. Em decorrência dos financiamentos concedidos aos clientes, a NCB recebe o valor principal financiado pelo Bradesco no primeiro dia útil seguinte a data da venda.

Neste acordo, a NCB é responsável pela cobrança extrajudicial dos clientes inadimplentes, arcando com os correspondentes custos. Passados 45 dias do vencimento inicial das parcelas inadimplentes, a NCB adquire o crédito mediante cessão. Neste contexto, conforme requerimentos determinados no CPC 38 (IAS 39) – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, os riscos e benefícios atrelados ao contas a receber cedido ao Bradesco não são substancialmente transferidos a contraparte, sendo este reconhecido no balanço patrimonial da NCB, com contrapartida à rubrica “Empréstimos e Financiamentos”.

Os saldos em aberto desses recebíveis de responsabilidade da Companhia em 30 de junho de 2011 era de R\$186.899 (R\$657.097 em 31 de dezembro 2010).

c) Contas a receber - FIDCs

A Companhia realiza operações de securitização de seus direitos creditórios representados substancialmente por vendas a crédito com tickets e contas a receber de administradoras de cartões de crédito, com o Globex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“Globex FIDC”). O volume de operações foi de R\$1.715.242 em 30 de junho de 2011 (R\$390.682 em 31 de dezembro de 2010), no qual foi retida a responsabilidade de prestação de serviços e participação subordinada. Os custos na securitização desses títulos foram de R\$64.431 (R\$14.598 em 31 de dezembro de 2010), reconhecidos como despesas financeiras no resultado do período.

A prestação de serviços, que não é remunerada, inclui a análise de crédito e assistência pelo departamento de cobrança ao administrador do fundo.

Os saldos em aberto desses recebíveis no Globex FIDC em 30 de junho de 2011 foi de R\$1.250.446 (R\$492.842 em 31 de dezembro de 2010), líquidos de provisão para perdas.

Notas Explicativas**Globex Utilidades S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Contas a receber de clientes--Continuaçãod) Ajuste a valor presente

A taxa de desconto utilizada pela subsidiária NCB considera as atuais avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o ativo. As operações de vendas a prazo com o mesmo valor à vista foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, adotando a taxa média mensal das operações de antecipação de recebíveis junto às administradoras de cartão de crédito, durante o período findo em 30 de junho de 2011 essas taxas variaram entre 0,94% e 1,04% (0,66% e 1,05% em 31 de dezembro de 2010).

e) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para crédito de liquidação duvidosa baseia-se na média histórica de perdas complementada pelas estimativas das perdas futuras prováveis da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
No início do período	(2.863)	(4.980)	(179.474)	(7.521)
Provisão para devedores duvidosos	(2.971)	(5.581)	(81.135)	(572.408)
Recuperação e baixas de provisões	4.062	7.698	68.127	400.455
No final do período	(1.772)	(2.863)	(192.482)	(179.474)

	Total	A vencer	Vencidos e parcialmente provisionados para perda			
			<30 dias	30-60 dias	61-90 dias	>90 dias
30.06.2011	3.146.132	2.991.695	82.966	29.882	18.243	23.346
31.12.2010	2.084.161	1.842.780	172.824	13.387	50.705	4.465

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Fundos de securitização de recebíveis

O Globex FIDC é um fundo de securitização de recebíveis constituído para fins de aquisição das contas a receber de clientes da Companhia (principalmente de cartão de crédito), resultantes de vendas de produtos e serviços a seus clientes. O fundo foi constituído em 11 de novembro de 2010 e tem prazo de duração indeterminado.

A estrutura de capital do fundo em 30 de junho de 2011 é composta de 11.666 quotas seniores detidas por terceiros no valor de R\$1.254.924 (R\$1.184.387 em 31 de dezembro de 2010), representando 86,39% do patrimônio do fundo (87,5% em 31 de dezembro de 2010), e 191 quotas subordinadas (169 quotas em 31 de dezembro de 2010), detidas pela Companhia e suas subsidiárias, no valor de R\$197.618 (R\$169.332 em 31 de dezembro de 2010), representando 13,61% do patrimônio do fundo (12,5% em 31 de dezembro de 2010).

As quotas subordinadas foram atribuídas à Companhia, e estão registradas no ativo não circulante, como participação no fundo de securitização, com saldo de R\$197.618 em 30 de junho de 2011 (R\$169.332 em 31 de dezembro de 2010). A participação retida em quotas subordinadas representa a exposição máxima à perda das transações de securitização.

As taxas de juros das quotas seniores estão demonstradas abaixo:

Quotistas	Quantidade	30.06.2011		31.12.2010	
		Taxa do CDI	Saldo a resgatar	Taxa do CDI	Saldo a resgatar
Sênior - 1ª série	11.666	107,75%	1.254.924	107,75%	1.184.387

As quotas subordinadas são nominativas e intransferíveis e foram emitidas em uma única série. A Companhia resgatará as quotas subordinadas somente após o resgate das quotas seniores ou quando do encerramento do fundo. Uma vez remuneradas as quotas seniores, as quotas subordinadas receberão o saldo do patrimônio líquido do fundo depois de absorvidas as eventuais perdas nos recebíveis transferidos e eventuais perdas antecipadas e taxa de juros dos ativos financeiros transferidos.

Os detentores das quotas seniores não têm direito de regresso contra os demais ativos da Companhia em caso de inadimplência dos valores devidos pelos clientes. Conforme definido no contrato entre a Companhia e o Globex FIDC, a transferência dos recebíveis é irrevogável, irretroativa e definitiva.

Notas Explicativas**Globex Utilidades S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Lojas	449.246	418.508	1.422.529	1.012.815
Centrais de distribuição	186.090	193.874	1.124.889	1.426.481
Provisão para estoques	(13.504)	(9.963)	(44.669)	(30.717)
Almoxarifado	2.829	3.606	2.829	3.606
Ajuste a valor presente	-	-	(11.616)	(8.639)
	624.661	606.025	2.493.962	2.403.546

As provisões sobre os estoques na Controladora se referem principalmente às provisões por obsolescência e quebra.

O ajuste a valor presente dos estoques refere-se à contrapartida do ajuste a valor presente de fornecedores.

12. Impostos a recuperar

Os saldos de impostos a recuperar referem-se a créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Circulante				
Impostos sobre vendas	215.773	219.261	764.648	277.282
Imposto sobre a renda e outros	20.516	51.112	143.990	281.975
Ajuste a valor presente	-	-	(814)	(740)
	236.289	270.373	907.824	558.517
Não circulante				
Impostos sobre vendas	60.196	72.378	74.811	90.233
Ajuste a valor presente	-	-	(3.905)	(3.980)
	60.196	72.378	70.906	86.253
Total de impostos a recuperar	296.485	342.751	978.730	644.770

Notas Explicativas**Globex Utilidades S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Contas a receber referente venda de ativo imobilizado (i)	18.103	18.103	36.293	50.094
Publicidade cooperada com fornecedores	4.144	3.186	23.968	20.539
Adiantamentos a fornecedores	26.973	22.289	63.188	44.656
Contas a receber relativo a créditos não homologados (ii)	29.299	29.922	29.299	29.922
Contas a receber de operações virtuais	1.099	1.099	1.099	1.099
Sinistros a receber (iii)	28.449	24.374	45.068	40.613
Contas a receber serviços prestados	6.891	3.703	6.891	3.703
Empréstimos a funcionários	-	-	4.596	-
Outros	10.554	9.477	40.013	12.999
	125.512	112.153	250.415	203.625
Circulante	107.409	94.050	211.305	185.416
Não circulante	18.103	18.103	39.110	18.209

- (i) Contas a receber, da Controladora, referente à venda, ocorrida em março de 2008, do saldo remanescente, equivalente a 32,84%, da área pertencente ao Centro de Distribuição (CD), localizado na cidade do Rio de Janeiro (RJ). No Consolidado inclui a venda de outros ativos da Companhia.
- (ii) A Companhia efetuou em 2007 a compra de créditos de PIS/COFINS para serem compensados com passivos tributários. Como os referidos créditos não foram homologados pelas autoridades fiscais, a Companhia será ressarcida pela empresa vendedora em 92% do montante pago conforme previsto contratualmente.
- (iii) Valores a receber pela Companhia da empresa seguradora basicamente em função do incêndio ocorrido em um dos centros de distribuição da Companhia e ressarcimento de fretes decorrentes de cargas sinistradas de suas subsidiárias.

Notas Explicativas**Globex Utilidades S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Partes relacionadas

a) Vendas e compras de mercadorias

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Fornecedor				
Sendas Distribuidora Ltda.	-	(614)	-	(614)
Nova Casa Bahia S.A.	(41.625)	(227.208)	-	-
	(41.625)	(227.822)	-	(614)
Vendas				
Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A.	5.531	-	-	-
	5.531	-	-	-
Compras				
Companhia Brasileira de Distribuição S.A.	(1.619)	-	(1.619)	-
Nova Casa Bahia S.A.	(542.487)	-	-	-
Sendas Distribuidora Ltda.	(387)	(2.098)	(387)	(2.098)
	(544.493)	(2.098)	(2.006)	(2.098)

b) Outras operações

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Ativo				
Financeira Itaú CBD S.A/ Banco Investcred (a)	3.630	32.923	3.631	32.925
Globex Administração de Consórcio Ltda.	-	2.083	-	8
Globex Administração de Serviços Ltda. (b)	-	150	-	-
Pontocred Negócios de Varejo Ltda.	4.759	1.234	-	-
Ponto frio Adm. e Importação de Bens Ltda. (b)	3.280	3.279	-	-
Companhia Brasileira de Distribuição S.A. (b), (c), (e)	90.173	79.574	105.007	90.276
Sé Supermercados Ltda. (b)	335.244	316.115	335.244	316.115
Novasoc Comercial Ltda. (b)	69.551	65.582	69.551	65.582
Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A. (g)	390	-	-	-
Casas Bahia Comercial Ltda.(e)	-	7	51.617	120.789
Outros	2.707	1.876	1.133	2.658
Total do ativo	509.734	502.823	566.183	628.353
Circulante	422.757	423.243	478.774	547.939
Não Circulante	86.977	79.580	87.409	80.414

Notas Explicativas**Globex Utilidades S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Partes relacionadas—Continuação

b) Outras operações--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
<u>Passivo</u>				
Financeira Itaú CBD S.A/ Banco Investcred (a)	1.235	33.438	1.236	33.438
Globex Administração de Consórcio Ltda.	335	-	-	-
Globex Administração de Serviços Ltda. (b)	36.316	34.699	-	-
Ponto Frio Adm. e Importação de Bens Ltda. (b)	12.707	12.022	-	2
Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A. (g)	274	-	-	9.650
Companhia Brasileira de Distribuição S.A. (b), (c), (e)	4.079	14.026	26.097	14.026
Nova Casa Bahia S.A. (d) e (f)	292.690	245.061	-	-
Casas Bahia Comercial Ltda . (e)	-	-	440	231.203
Sendas Distribuidora Ltda. (d)	-	614	-	614
Pontocred Negócios de Varejo Ltda.	-	-	-	7
Outras	-	2	-	8.666
Total do passivo	347.636	339.862	27.773	297.606
Circulante	284.055	293.475	27.773	297.606
Não circulante	63.581	46.387	-	-
	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	30.06.2010	30.06.2011	30.06.2010
<u>Demonstração do resultado</u>				
Financeira Itaú CBD S.A/ Banco Investcred (a)	1.397	(5.707)	1.397	(5.707)
Globex Administração de Serviços Ltda. (b)	(1.972)	(2.108)	-	-
Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A. (g)	9.908	-	-	-
Companhia Brasileira de Distribuição S.A. (b), (c), (e)	(8.397)	9.406	(8.397)	9.406
Nova Casa Bahia S.A. (d)	(2.204)	-	-	-
Casas Bahia Comercial Ltda . (e)	-	-	58.833	-
	(1.268)	1.591	51.833	3.699

As operações com partes relacionadas mostradas acima são resultado principalmente de operações que a Companhia e suas subsidiárias mantêm entre si e com outras entidades relacionadas, e foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, termos e condições de mercado, sendo as principais:

a) Operações com a Financeira Itaú CBD S.A./ Banco Investcred

O ativo está representado, principalmente, por operações de crédito direto ao consumidor decorrente de vendas a prazo, realizadas pela Companhia e financiadas pelo Banco Investcred até 30 de setembro de 2009 e após cisão pela Financeira Itaú CBD S.A. Nesta operação a Companhia recebe o valor presente das vendas a prazo em até 2 dias.

O passivo está representado, principalmente, por valores a serem repassados decorrentes de prestações recebidas nos caixas das lojas da Companhia, e que serão repassadas em até 2 dias após a efetiva disponibilização dos recursos na conta da Companhia.

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Partes relacionadas—Continuação

b) Outras operações--Continuação

a) Operações com a Financeira Itaú CBD S.A./ Banco Investcred--Continuação

O resultado no período findo em 30 de junho de 2011 representa principalmente: (i) ressarcimento de despesas decorrentes da utilização de infra-estrutura, principalmente, de custos e despesas comuns na proporção de seu respectivo aproveitamento, entre elas: despesas de salários de operadores de caixas, comissões na venda de produtos financeiros; (ii) despesas financeiras de desconto de recebíveis (chamadas de “rebate financeiro”) e (iii) receita de aluguel de imóveis.

b) Contratos de mútuos com as controladas e controladora.

A Globex possui contrato de mútuo com as controladas Globex Administração de Serviços Ltda., Ponto Frio Administração e Importação de Bens Ltda, com a controladora Cia. Brasileira de Distribuição e sua controlada Barcelona Comércio Varejista e Atacadista S.A., que são atualizados pela taxa de 101,65% a 105,8% do CDI.

c) Operações com a controladora Companhia Brasileira de Distribuição (“GPA”)

A controladora GPA, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, efetuou contratações de empresas de prestação de serviços assim como despesas com pessoal para integração e suporte as operações da Companhia, após aquisição de seu controle, sendo assim, foi considerado em seu saldo de partes relacionadas, uma obrigação com a controladora.

d) Operações de venda de mercadorias com empresas controladas e ligadas

A Companhia também efetuou operações de compra de mercadorias para revenda com a coligada Sendas Distribuidora S.A., Nova Casa Bahia S.A. e Casas Bahia Comercial Ltda. de acordo com as práticas de mercado e estão devidamente registradas compondo o saldo no balanço da controladora e consolidado.

e) Primeiro aditivo ao acordo de associação Globex, GPA e Casas Bahia

A Companhia possui um contas a receber referente ao “Primeiro Aditivo ao Acordo de Associação” entre Globex, GPA e Casas Bahia Comercial, que garante a Globex o direito de indenização, por GPA, de certas contingências reconhecidas que venham a ser devidas por Globex a partir de 30 de junho de 2010.

Adicionalmente, a Companhia tem contratos de aluguel de centros de distribuição, prédios comerciais e administrativos estabelecidos em condições específicas com os Administradores de Casas Bahia Comercial Ltda.

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Partes relacionadas—Continuação

b) Outras operações--Continuação

f) Remuneração da alta administração

As despesas relativas à remuneração do pessoal da alta administração (Diretores indicados conforme o Estatuto Social e o Conselho de Administração), que foram registradas na demonstração do resultado em 30 de junho de 2011, foram as seguintes:

	Em relação a remuneração total			Total
	Salário base	Remuneração variável	Benefícios pela cessão do exercício do cargo	
Conselho Administração	362	-	-	362
Conselho Fiscal	169	38	-	207
Diretoria	2.575	3.568	90	6.233
	3.106	3.606	90	6.802

15. Investimentos

	Controladora									
	GAC	GAS	FACT	PFAB	PCRE	Ponto.com	Lake	NCB	Outros	Total
Saldos em 31.12.2010	2.169	46.748	967	-	-	24.371	98.505	1.158.619	15.228	1.346.607
Aumento de capital	-	-	-	-	-	619	-	-	-	619
Ajuste de IFRS de coligadas	-	-	-	-	-	-	(14.223)	-	-	(14.223)
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	(961)	(961)
Equivalência patrimonial	647	2.544	22	437	(17)	1.405	6.792	39.770	19	51.619
Ganho/Perda participação	-	-	-	-	-	-	-	(3)	-	(3)
Transferência para passivo a descoberto	-	-	-	(437)	17	-	-	-	-	(420)
Saldos em 30.06.2011	2.816	49.292	989	-	-	26.395	91.074	1.198.386	14.286	1.383.238

	Consolidado		
	BINV	FIC	Total
Saldos em 31.12.2010	29.073	66.263	95.336
Ajuste de IFRS de coligadas	(14.223)	-	(14.223)
Equivalência patrimonial	4.228	2.564	6.792
Saldos em 30.06.2011	19.078	68.827	87.905

(i) *FIC*

As informações financeiras resumidas da FIC em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 são os seguintes:

	Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010
Ativo circulante	3.212.182	3.118.059
Ativo não circulante	200.473	289.963
Ativo total	3.412.655	3.408.022
Passivo circulante	2.799.090	2.783.045
Passivo não circulante	43.454	36.259
Patrimônio líquido	570.111	588.718
Total passivo e patrimônio líquido	3.412.655	3.408.022
<u>Resultados operacionais:</u>		
Receitas	417.256	918.415
Resultados operacionais	(16.229)	145.756
Lucro líquido	21.273	93.302

Notas Explicativas**Globex Utilidades S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imobilizadoa) Controladora

	Saldo em 31.12.2010	Adições	Depreciações	Baixas	Transferências	Saldo em 30.06.2011
Terrenos	10.341	-	-	1.263	-	11.604
Edifícios	35.108	-	(1.341)	141	1.488	35.396
Benfeitorias em imóveis de terceiros	41.365	626	(3.359)	4.057	6.886	49.575
Máquinas e equipamentos	7.045	-	(423)	412	1.301	8.335
Equipamentos de Informática	22.096	12	(2.627)	262	2.156	21.899
Instalações	7.433	8	(381)	1.068	(3.265)	4.863
Móveis e utensílios	19.343	70	(609)	1.385	3.393	23.582
Veículos	47	116	(22)	-	173	314
Imobilizado em andamento	10.674	19.709	-	-	(6.339)	24.044
Outros	10.652	-	(333)	(4)	(8.914)	1.401
	164.104	20.541	(9.095)	8.584	(3.121)	181.013
Arrendamento mercantil financeiro						
Veículos	770	-	(142)	(18)	-	610
Total	164.874	20.541	(9.237)	8.566	(3.121)	181.623

b) Consolidado

	Saldo em 31.12.2010	Adições	Depreciações	Baixas	Transferências	Saldo em 30.06.2011
Terrenos	14.633	-	-	1.263	-	15.896
Edifícios	37.757	-	(1.391)	141	-	36.507
Benfeitorias em imóveis de terceiros	122.090	27.215	(11.872)	4.057	10.754	152.244
Máquinas e equipamentos	39.513	3.963	(1.484)	338	(9.272)	33.058
Equipamentos de Informática	60.452	10.185	(9.317)	261	15.752	77.333
Instalações	121.166	1.594	(8.275)	1.049	(15.944)	99.590
Móveis e utensílios	160.411	2.623	(9.948)	1.355	(5.829)	148.612
Veículos	139.564	24.186	(12.540)	(362)	253	151.101
Imobilizado em andamento	21.292	28.264	-	-	(25.512)	24.044
Outros	3.185	2.630	(1.141)	(101)	17.820	22.393
	720.063	100.660	(55.968)	8.001	(11.978)	760.778
Arrendamento mercantil financeiro						
Equipamentos de Informática	43.509	-	(3.412)	-	(5.297)	34.800
Veículos	13.941	-	(3.628)	(146)	6.534	16.701
	57.450	-	(7.040)	(146)	1.237	51.501
Total	777.513	100.660	(63.008)	7.855	(10.741)	812.279

A Companhia não identificou itens de seu ativo imobilizado que requerem que seja reconhecida uma provisão para não recuperação em 30 de junho de 2011.

c) Custos de captação de empréstimos capitalizados

O valor dos custos de captação de empréstimos capitalizados em 30 de junho de 2011 foi de R\$3.384 (R\$2.816 em 31 de dezembro de 2010). A taxa adotada para apuração dos custos de captação de empréstimos elegíveis para capitalização foi de aproximadamente 100% do CDI, correspondente à taxa de juros efetiva dos empréstimos tomados pelas empresas.

Notas Explicativas**Globex Utilidades S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Intangíveisa) Controladora

	Saldo em 31.12.2010	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em 30.06.2011
Ágio	7.524	-	-	-	-	7.524
Fundo de comércio	18.090	-	(2.675)	(378)	3.073	18.110
Software e licenças	24.875	8	(4.031)	(4)	48	20.896
Impairment	(2.277)	-	-	-	-	(2.277)
	48.212	8	(6.706)	(382)	3.121	44.253

b) Consolidado

	Saldo em 31.12.2010	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em 30.06.2011
Ágio	7.524	-	-	-	-	7.524
Fundo de comércio	28.251	7.570	(4.068)	(378)	2.535	33.910
Marcas e patentes	126	17	-	-	-	143
Software e licenças	89.974	50.237	(12.678)	(4)	(18.146)	109.383
Impairment	(2.277)	-	-	-	-	(2.277)
	123.598	57.824	(16.746)	(382)	(15.611)	148.683

c) Testes de não recuperação do ágio e intangíveis

Anualmente o ágio e os ativos intangíveis são submetidos a testes de recuperação segundo o método descrito na nota explicativa 4 - "Principais Políticas Contábeis".

A Administração elaborou uma estimativa dos valores recuperáveis ou valores em uso de todos os ativos.

Como resultado dos testes de não recuperação realizados em 2010, a Companhia não reconheceu perdas por não recuperação.

Para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2011, a Administração da Companhia submeterá a novos testes de recuperação todos os ágios e intangíveis reconhecidos até esta data.

d) Outros Intangíveis

O software foi submetido a testes de recuperação segundo os mesmos critérios definidos para o ativo imobilizado.

Outros ativos intangíveis, cuja vida útil seja indefinida, foram submetidos a teste de recuperação segundo os mesmos critérios de cálculo realizados para o ágio sobre investimentos.

Notas Explicativas**Globex Utilidades S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentosa) Composição da dívida

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
<u>Moeda Local</u>				
BNDES	13.770	21.781	37.065	41.806
IBM	6.805	6.810	6.805	6.810
Capital de giro	1.075	16.475	15.252	269.191
Financiamento ao consumidor por interveniência - CDCI	-	-	1.948.066	1.283.059
Arrendamento financeiro	45	393	14.057	27.763
Custo de captação	-	(75)	-	(75)
Outros	-	-	1.953	2.084
	21.695	45.384	2.023.198	1.630.638
<u>Moeda Estrangeira</u>				
Capital de giro	317.210	-	635.700	-
Contratos de swap	59.208	-	63.248	-
Custo de captação	(210)	-	(210)	-
	376.208	-	698.738	-
Circulante	397.903	45.384	2.721.936	1.630.638
	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
<u>Moeda Local</u>				
BNDES	2.751	6.612	22.667	23.467
IBM	8.507	11.917	8.507	11.917
Capital de giro	-	-	-	-
Financiamento ao consumidor por interveniência - CDCI	-	-	113.997	102.106
FIDCs	-	-	1.254.924	1.184.387
Arrendamento financeiro	-	15	8.516	15.031
	11.258	18.544	1.408.611	1.336.908
<u>Moeda Estrangeira</u>				
Capital de giro	93.460	245.825	93.460	245.825
Contratos de swap	21.293	14.859	21.293	14.858
Custo de captação	-	(25)	-	(25)
	114.753	260.659	114.753	260.658
Não circulante	126.011	279.203	1.523.364	1.597.566

b) Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos reconhecidos no passivo não circulante

Ano	Controladora	Consolidado
2012	9.557	134.991
2013	116.454	1.384.956
2014	-	3.417
	126.011	1.523.364

c) Financiamento ao consumidor por interveniência - CDCI

As operações de financiamento ao consumidor por interveniência correspondem às atividades de financiamento de vendas a prazo a clientes, por intermédio de uma instituição financeira, realizadas pela subsidiária NCB. As vendas podem ser parceladas em até 24 meses, e os encargos financeiros médios cobrados são de 13,40% a.a. Nestes contratos, NCB retém substancialmente os riscos e benefícios atrelados aos créditos financiados, garantidos junto às instituições financeiras por notas promissórias emitidas pela subsidiária e por cessão de direitos creditórios.

Notas Explicativas**Globex Utilidades S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos—Continuaçãod) Financiamento de capital de giro e swap

	Controladora			Consolidado		
	Taxa*	30.06.2011	31.12.2010	Taxa*	30.06.2011	31.12.2010
Dívida						
<u>Moeda local</u>						
Itaú Unibanco		8	6		8	6
Banco do Brasil	CDI + 1,5% a.m.	831	4.340	CDI + 1,5% a.m	831	61.919
Bradesco	CDI + 1,5% a.m.	236	104	CDI + 1,5% a.m	236	104
Alfa		-	11.040		-	11.040
HSBC		-	-		-	4.811
<u>Capital de giro</u>						
Itaú Unibanco		-	-		-	8
Banco do Brasil		-	455	13,12% a.a	-	458
Bradesco		-	530	13,44% a.a	3.654	528
Santander		-	-		-	190.317
HSBC		-	-		10.523	-
		1.075	16.475		15.252	269.191
<u>Moeda estrangeira</u>						
Banco do Brasil	3,94% a.a e 2,25% a.a	256.694	145.571	3,94% a.a e 2,25% a.a	256.694	145.571
Bradesco	2,68% a.a	60.515	-	2,68% a.a e 3,94% a.a	94.035	-
Santander	4,50% a.a	93.461	100.254	4,50% a.a.	378.431	100.254
		410.670	245.825		729.160	245.825
<u>Contratos de swap</u>						
Banco Brasil	104,20% a.a e 112,30% a.a. do CDI	51.680	11.113	104,20% a.a e 112,30% a.a. do CDI	51.680	11.113
Bradesco	103,90% a.a. do CDI	7.529	-	103,90% a.a. do CDI	11.568	-
Santander	110,70% a.a. do CDI	21.292	3.746	110,70% a.a. do CDI	21.293	3.745
		80.501	14.859		84.541	14.858
Total geral		492.246	277.159		828.953	529.874

* Taxa Média Ponderada

Os recursos para fins de financiamento de capital de giro são captados junto a instituições financeiras locais, denominadas em moeda estrangeira ou local. As principais operações classificadas nesta rubrica são empréstimos para financiamento do capital de giro e operações de vendedor.

As operações de vendedor são baseadas em cessões de crédito firmadas em contratos com fornecedores junto às instituições financeiras, que permitem aos fornecedores antecipar os recursos provenientes de venda a prazo. Os encargos financeiros são de 1,50% a.m. e prazos máximos de até 60 dias.

Notas Explicativas**Globex Utilidades S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos—Continuaçãoe) BNDES

Os contratos de linha de créditos em Reais, com o BNDES, são sujeitos a indexação baseada na taxa TJLP (taxa de longo prazo), mais taxa de juros anuais, ou são denominados com base em uma cesta de moedas estrangeiras, a fim de refletir a carteira de financiamento do BNDES, mais taxa de juros anuais fixos. O financiamento é pago em parcelas mensais depois de um período de carência, como mencionado no item e).

Nas captações realizadas pela Companhia constitui hipótese de vencimento antecipado a alteração do controle acionário. Referidas instituições financeiras já se manifestaram formalmente quanto ao não exercício da faculdade que lhes é assegurada quanto à declaração de vencimento antecipado.

Encargos financeiros anuais	Período de carência em meses	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
TJLP + 4,5%	3	Jan/11	-	149	-	147
TJLP + 4,5%	3	Nov/11	4.039	8.889	4.039	8.889
TJLP + 2,3%	3	Nov/11	431	1.109	431	1.109
TJLP + 2,8%	3	Nov/11	1.901	4.183	1.901	4.183
TJLP + 2,3%	3	Mai/12	2.885	4.459	2.885	4.459
TJLP + 2,8%	3	Mai/12	1.763	2.725	1.763	2.725
7% a.a.	3	Dez/12	-	-	26.694	-
TJLP + 2,3%	3	Jun/13	5.502	6.879	5.502	43.591
TJPL + 1,9% a.a.	6	Jun/14	-	-	12.173	-
TJPL + 1,9% a.a +1% a.a.	6	Jun/14	-	-	2.292	-
TJPL + 3,50% a.a +1% a.a.	6	Jun/14	-	-	1.910	-
TJPL + 4,5%	3	Dez/14	-	-	142	170
			16.521	28.393	59.732	65.273

f) Garantias

A Companhia assinou notas promissórias e carta de fiança para garantia nos empréstimos e financiamentos junto ao BNDES e Banco IBM (arrendamentos mercantis financeiros).

g) Contratos de swap

A companhia faz uso de operações de *swap* para trocar obrigações denominadas em dólares norte-americanos, para o Real atrelado à taxas de juros do CDI (flutuante). A Companhia contrata operações de *swap* com a mesma contraparte e moeda. Todas estas transações são classificadas como contabilização de *hedge*, conforme divulgadas na nota 19. A taxa de referência anual do CDI em 30 de junho de 2011 era de 11,00% (9,71% em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros

A Companhia faz uso de instrumentos financeiros somente para proteção de riscos identificados, limitado a 100% dos riscos. As operações com derivativos são exclusivamente utilizadas para reduzir a exposição a riscos decorrentes da flutuação de moeda estrangeira e taxa de juros, visando a manutenção do equilíbrio da estrutura de capital. Os instrumentos financeiros da Companhia são apresentados em atendimento aos CPCs 38, 39 e 40 (IAS 39, 32 e IFRS 7).

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas informações contábeis intermediárias, por categoria, são os seguintes:

	Controladora			
	Contábil		Valor Justo	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Caixa e equivalentes de caixa	144.244	85.807	144.244	85.807
Aplicações financeiras	197.618	169.332	197.618	169.332
Contas a receber	67.416	169.083	67.416	169.083
Partes relacionadas ativo	509.734	502.823	509.734	502.823
Partes relacionadas passivo	(347.636)	(339.862)	(347.636)	(339.862)
Fornecedores	(498.139)	(586.008)	(498.139)	(586.008)
Empréstimos e financiamentos	(523.914)	(324.587)	(523.978)	(324.587)
Exposição líquida	(450.677)	(323.412)	(450.741)	(323.412)

	Consolidado			
	Contábil		Valor Justo	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Caixa e equivalentes de caixa	1.386.614	1.352.290	1.386.614	1.352.290
Aplicações financeiras	-	608.002	-	608.002
Contas a receber	3.052.653	1.976.792	3.052.653	1.976.792
Partes relacionadas ativo	566.183	628.353	566.183	628.353
Partes relacionadas passivo	(27.773)	(297.606)	(27.773)	(297.606)
Fornecedores	(2.249.984)	(2.381.450)	(2.249.984)	(2.381.450)
Empréstimos e financiamentos	(4.245.300)	(3.228.204)	(4.245.363)	(3.228.204)
Exposição líquida	(1.517.607)	(1.341.823)	(1.517.670)	(1.341.823)

Caixa e equivalentes de caixa são classificadas dentro no Nível 2 e o valor justo é estimado com base em relatórios de corretoras que fazem uso de preços de mercado cotados para instrumentos similares.

O valor justo de outros instrumentos financeiros descritos na nota explicativa 19 (d) (ii) permite uma aproximação do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes. Em 30 de junho de 2011 a Companhia não tem ativos ou passivos financeiros em aberto nos quais o valor justo poderia ser mensurado utilizando-se preços baseados em mercados ativos para instrumentos idênticos (Nível 1) e informações significativas não observáveis (Nível 3).

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

A Companhia adota métodos e procedimentos de controle de risco, tais como descritos abaixo:

a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas subsidiárias

(i) *Risco de crédito*

- ✓ Caixa e equivalentes de caixa: de modo a minimizar o risco de crédito desses investimentos, a Companhia adota políticas que restringem os investimentos em uma única instituição financeira, levando ainda em consideração limites monetários e avaliações de instituições financeiras, que são constantemente atualizados (nota explicativa 7).
- ✓ Contas a receber: o risco de crédito relativo ao Contas a Receber é minimizado pelo fato de grande parte das vendas da Companhia e suas subsidiárias serem realizadas por meio de cartões de crédito, e quando efetua operação de venda desses recebíveis junto aos bancos e administradoras de cartões de créditos, com o objetivo de prover-se de capital de giro. Essa venda proporciona o desconhecimento do contas a receber em virtude da transferência do risco de crédito, benefícios e controle sobre tais ativos.
- ✓ A Companhia também incorre em risco de contraparte relacionado aos instrumentos derivativos; esse risco é mitigado pela política da Companhia de efetuar transações com as instituições financeiras renomadas.
- ✓ Vendas por cartão de crédito e/ou por vales-alimentação são substancialmente destinadas ao Globex FIDC, cujo risco é relacionado e limitado pelo valor de quotas subordinadas detidas pela Companhia (Vide nota explicativa 10).

(ii) *Risco de taxa de juros*

A Companhia e suas subsidiárias obtêm empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras para fazer frente as necessidade de caixa para investimentos e crescimento. Em decorrência, a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de flutuações relevantes na taxa juros, especialmente em função da parte passiva das operações com derivativos (*Hedge Cambial*) e de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de aplicações financeiras, indexadas ao CDI, neutraliza parcialmente este efeito.

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas controladas

(iii) *Risco da taxa de câmbio*

A Companhia e suas subsidiárias estão expostas a flutuações nas taxas de câmbio, que podem acarretar aumento dos saldos passivos de empréstimos em moeda estrangeira. A Companhia e suas controladas utilizam-se de derivativos, tais como *swaps*, que visam anular o risco de exposição cambial, transformando o custo da dívida para moeda e taxa de juros locais.

(iv) *Risco de gestão de capital*

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital bem estabelecida a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 30 de junho de 2011.

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Empréstimos e financiamentos	523.914	324.587	4.245.300	3.228.204
(-) Caixa e equivalente de caixa	(144.244)	(85.807)	(1.386.614)	(1.352.290)
Dívida líquida	379.670	238.780	2.858.686	1.875.914
Patrimônio líquido	2.513.802	2.544.609	2.540.090	2.568.881
Patrimônio líquido e dívida líquida	2.893.472	2.783.389	5.398.776	4.444.795

(v) *Risco de gestão de liquidez*

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do acompanhamento diário do fluxo de caixa, controle dos vencimentos dos ativos e passivos financeiros e relacionamento próximo com as principais instituições financeiras.

(vi) *Instrumentos financeiros derivativos*

As operações de *swap* são classificadas como *hedges* de valor justo, cujo objetivo é proteger da exposição cambial (dólar norte-americano), convertendo as dívidas para moeda local. Esses contratos montam, em 30 de junho de 2011, um valor de referência de R\$446.182 (R\$250.814 em 31 de dezembro de 2010). Estas operações são usualmente contratadas nos mesmos termos de valores, prazos e taxas e, preferencialmente, são realizadas com a mesma instituição financeira, observados os limites fixados pela administração.

Notas Explicativas**Globex Utilidades S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuaçãoa) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas subsidiárias--Continuação(v) *Instrumentos financeiros derivativos--Continuação*

As operações de *swap* realizadas pela Companhia são substancialmente relacionadas a empréstimos em moeda estrangeira, visando transformar taxas de juros fixas e variáveis por taxas variáveis (CDI). Esses instrumentos são classificados como contabilização de *hedge*, conforme requerimento do CPC 38.

De acordo com as políticas de tesouraria da Companhia, não são permitidas contratações de *swaps* com limitadores ("caps"), margens, cláusulas de arrependimento, duplo indexador, opções flexíveis ou quaisquer outras modalidades de operações diferentes dos *swaps* tradicionais para proteção de dívidas, inclusive para fins especulativos.

O ambiente de controles internos da Companhia foi desenhado de modo a garantir que as transações celebradas estejam em conformidade com essa política de tesouraria.

A Companhia calcula a efetividade das operações cuja contabilização de *hedge* é aplicada quando da sua contratação e em bases contínuas. As operações de *hedges* contratados no período findo em 30 de junho de 2011 apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Para as operações com derivativos qualificados como contabilidade de cobertura ("*hedge accounting*"), conforme o CPC 38 (IAS 39), a dívida objeto da cobertura é também ajustada a valor justo conforme as regras de *hedge* de valor justo.

		Consolidado			
		30.06.2011		31.12.2010	
	Taxas %	Valor referência	Valor Justo	Valor referência	Valor Justo
<u>Hedge de valor justo</u>					
Objeto de <i>hedge</i> (dívida)		(446.182)	(410.669)	(250.814)	(245.825)
<u>Posição Ativa</u>					
Banco do Brasil	USD + Pré 3,94% a.a. e 1,91% a.a.	150.629	137.894	150.814	147.164
Santander	USD + Pré 4,5% a.a.	100.000	95.722	100.000	102.091
Bradesco	USD + Pré 2,28% a.a. e 2,68%	100.000	94.181	-	-
Banco do Brasil 2	USD + Pré 1,91% a.a.	130.553	122.654	-	-
		481.182	450.451	250.814	249.255
<u>Posição passiva</u>					
Banco do Brasil	112,3% e 104,2% do CDI	(150.629)	(175.343)	(150.814)	(158.277)
Santander	110,7% do CDI	(100.000)	(117.154)	(100.000)	(105.837)
Bradesco	103,9% do CDI	(100.000)	(105.724)	-	-
Banco do Brasil 2		(130.553)	(136.771)	-	-
		(481.182)	(534.992)	(250.814)	(264.114)
		(481.182)	(495.210)	(250.814)	(260.684)
Posição swap líquida		-	(84.541)	-	(14.859)

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas subsidiárias--Continuação

(v) *Instrumentos financeiros derivativos--Continuação*

Ganhos e perdas realizados e não realizados, sobre esses contratos durante o período findo em 30 de junho de 2011 são registrados no resultado financeiro líquido, e o saldo a pagar pelo valor justo é de R\$84.541 (R\$14.859 em 31 de dezembro de 2010) e está registrado na rubrica “empréstimos e financiamentos”.

Os efeitos do *hedge* de valor justo no resultado do período findo em 30 de junho de 2011 foram de R\$(9.609).

(vi) *Valores justos dos instrumentos financeiros derivativos*

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes com conhecimento e voluntariamente em uma operação em condições de mercado.

Os valores justos são calculados pela projeção de fluxo de caixa futuro das operações, usando as curvas da BM&FBovespa e descontando-os ao valor presente, usando taxas do CDI para *swaps* divulgados pela BM&FBovespa.

Os valores a mercado dos *swaps* cupom cambiais x CDI foram obtidos utilizando-se as taxas de câmbio de mercado vigentes na data em que as informações trimestrais são levantadas e as taxas projetadas pelo mercado calculadas com base nas curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear - 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas em CDI foi adotada a convenção exponencial - 252 dias úteis.

b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

As Companhias abertas devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela administração, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período.

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Em cumprimento ao disposto acima, foi considerado como cenário mais provável, na avaliação da Administração de se realizar, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBovespa. Desta maneira, no cenário provável (cenário I), não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros já apresentados acima. Para os cenários II e III, para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, considerou-se uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco, até a data de vencimento dos instrumentos financeiros.

No caso dos instrumentos financeiros derivativos (destinados à proteção da dívida financeira), as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, indicando que os efeitos não são significativos.

A Companhia divulgou a exposição líquida dos derivativos e os instrumentos financeiros correspondentes na tabela de análise de sensibilidade abaixo, para cada um dos cenários mencionados:

(i) *Hedge de valor justo (nas datas de vencimento)*

Operações	Risco	Projeção de Mercado		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Dívida em USD	Aumento do USD	(462.309)	(577.887)	(693.464)
Swap (ponta ativo em USD)	Aumento do USD	468.746	585.932	703.119
	Efeito líquido	6.437	8.045	9.655
Swap (posição passiva em CDI)	Aumento do CDI	(189.095)	(196.321)	(204.729)
Efeito líquido total		(13.127)	(5.618)	(12.416)

Notas Explicativas**Globex Utilidades S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuaçãob) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos--Continuação(ii) *Outros instrumentos financeiros*

Operações	Risco	30.06.2011	Projeção de Mercado		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
Empréstimos Bancários	100% CDI	(2.154.312)	(2.603.306)	(3.231.081)	(4.115.991)
Arrendamento Mercantil	100% CDI	(22.573)	(27.277)	(33.855)	(43.127)
Globex FIDC	107,75%CDI	1.254.924	1.516.470	1.882.160	2.397.635
Aplicações Financeiras	96,90%CDI	1.386.615	1.564.108	1.812.107	2.154.789
Exposição líquida total e deterioração comparada com o Cenário I		464.654	-	429.331	393.306

Premissas sobre sensibilidade

A exposição líquida da Companhia corresponde à dívida em CDI e o efeito líquido total representa a deterioração dos cenários II e III em relação ao cenário I, o qual é considerado o mais provável pela Companhia.

A Companhia projetou juros e taxas do dólar norte-americano futuros, obtidas junto à BM&FBovespa na data de vencimento de cada contrato, considerando um aumento de 25% no cenário II e um aumento de 50% para o cenário III.

Para calcular a exposição líquida, todos os derivativos foram considerados pelo seu valor justo nas respectivas datas de vencimento, bem como as dívidas relativas a elas (operações que foram aplicadas a contabilização de *hedge*) e outros instrumentos financeiros da Companhia.

c) Mensurações de valor justo

Ativos e passivos consolidados mensurados ao valor justo são resumidos abaixo:

	30.06.2011	Mensuração do valor justo na data do balanço utilizando outras premissas significativas observáveis (Nível 2)
Swaps de taxa de juros entre moedas	(84.541)	(84.541)
Caixa e equivalentes de caixa	1.386.614	1.386.614
	1.302.073	1.302.073

Notas Explicativas**Globex Utilidades S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuaçãod) Posição consolidada das operações com instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2011, a posição consolidada das operações de instrumentos financeiros derivativos em aberto está apresentada no quadro abaixo:

Em abertos					Valor a pagar ou a receber		Valor Justo	
Descrição	Contrapartes	Valor de referência	Data da contratação	Vencimento	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Swap cambiais registrados na CETIP	Santander	\$ 57.471	16/04/2010	10/04/2013	(20.078)	(9.121)	(21.432)	(3.746)
	Banco do Brasil	\$ 84.000	31/03/2010	12/03/2012	(35.916)	(19.317)	(37.450)	(11.113)
	Bradesco	\$ 38.892	07/01/2011	04/01/2012	(10.859)	-	(11.541)	-
	Banco do Brasil	\$ 78.500	09/02/2011	03/02/2012	(12.743)	-	(14.118)	-
	Total				(79.596)	(28.438)	(84.541)	(14.859)

20. Impostos e contribuições sociais a recolher e impostos parceladosa) Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
PIS e COFINS a pagar	1.396	12.165	83.391	68.522
Provisão para imposto de renda e contribuição social	1.813	3.159	12.355	18.415
ICMS a pagar	27.881	29.009	132.292	175.372
Outros	5.528	6.455	10.940	10.118
	36.618	50.788	238.978	272.427

b) Parcelamentos

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Tributos federais	73.169	67.712	73.882	68.370
Previdenciários	19.149	17.441	20.337	18.523
	92.318	85.153	94.219	86.893
Compensações por prejuízos fiscais	(31.033)	(31.033)	(31.033)	(31.032)
Baixa por pagamento	(14.953)	(3.106)	(14.916)	(3.124)
	(45.986)	(34.139)	(45.949)	(34.156)
Circulante	3.682	824	3.880	970
Não circulante	42.650	50.190	44.390	51.767

Notas Explicativas**Globex Utilidades S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Impostos de renda e contribuição sociala) Reconciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	30.06.2010	30.06.2011	30.06.2010
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(64.444)	33.667	(38.373)	30.067
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 34%	21.911	(11.447)	13.047	(10.223)
Equivalência patrimonial	17.551	3.683	2.309	2.483
Outras diferenças permanentes não dedutíveis	(6.654)	5.353	(7.220)	8.929
Imposto de renda e contribuição social efetivos	32.807	(2.411)	8.136	1.189
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	-	-	(30.497)	(3.737)
Diferido	32.807	(2.411)	38.633	4.926
Despesas de imposto de renda e contribuição social	32.807	(2.411)	8.136	1.189
Taxa Efetiva	-50,9%	-7,2%	-21,2%	4,0%

b) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Imposto de renda e contribuição social diferidos:				
Prejuízos e base negativa	242.728	204.551	305.869	286.181
Provisão para contingência e outros	83.614	80.185	105.698	97.882
Provisão para swaps de taxa de juros	10.766	4.509	11.510	4.509
Provisões para devedores duvidosos	7.274	7.044	70.507	63.233
Benefício fiscal de ágio sobre incorporação reversa	240.814	258.015	240.814	258.015
Ajuste a valor presente de ativos e passivos qualificados	-	-	(659)	(269)
Depreciação/amortização de imobilizado e intangível	-	-	(7.025)	(7.697)
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	-	(4.511)
Outros	10.559	8.644	38.715	26.600
	595.755	562.948	765.429	723.943

Nota: Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram reclassificados em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 de forma a apresentar os valores líquidos por entidade contribuinte, nos termos do CPC 32 (IAS 12).

Notas Explicativas**Globex Utilidades S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Impostos de Renda e Contribuição Social--Continuaçãoc) Reconciliação das despesas de imposto de renda diferido e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram constituídos em decorrência de expectativa da Administração quanto à geração de lucros tributáveis que possibilitem a realização total desses valores nos próximos cinco anos, conforme indicado a seguir:

<u>Exercício social</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2012	14.516	29.526
2013	44.732	67.427
2014	90.107	113.546
2015	90.115	112.810
2016	356.285	442.120
	595.755	765.429

Em atendimento ao CPC 32 (IAS 12) – Tributos sobre o Lucro, aprovado pela Deliberação CVM nº 599/09, a Administração da Companhia preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis pela Companhia, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi examinado e formalmente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

22. Provisão para demandas judiciais

A provisão para demandas judiciais é estimada pela Companhia e corroborada por seu consultor jurídico. A provisão foi estabelecida em um montante considerado suficiente para cobrir os prejuízos considerados prováveis pelo consultor jurídico da Companhia e é declarada descontados os depósitos judiciais correspondentes, como mostrado abaixo:

a) Controladora

	<u>PIS/COFINS</u>	<u>Fiscais outros</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis e outros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31.12.2010	32.602	14.718	7.124	44.406	98.850
Adições	2.235	2.123	4.680	2.284	11.322
Pagamento	-	(883)	(853)	(250)	(1.986)
Reversão	(2.723)	(8.275)	(2.979)	(11.121)	(25.098)
Atualização monetária	1.100	9.061	1.535	1.771	13.467
Depósitos Judiciais	-	(7.662)	-	-	(7.662)
Saldos em 30.06.2011	33.214	9.082	9.507	37.090	88.893

b) Consolidado

	<u>PIS/COFINS</u>	<u>Fiscais outros</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis e outros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31.12.2010	32.602	14.785	8.573	53.555	109.515
Adições	2.235	2.123	4.680	3.807	12.845
Pagamento	-	(883)	(853)	(250)	(1.986)
Reversão	(2.723)	(8.275)	(4.102)	(11.121)	(26.221)
Atualização monetária	1.100	9.061	1.547	1.776	13.484
Depósitos Judiciais	-	(7.665)	661	159	(6.845)
Saldos em 30.06.2011	33.214	9.146	10.506	47.926	100.792

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Provisão para demandas judiciais--Continuação

c) Tributárias

As demandas tributárias são indexadas pelo Sistema Especial de Liquidação de Custódia ("SELIC"), 10,56% em 30 de junho de 2011 (9,37% em 31 de dezembro de 2010), e estão sujeitas, quando aplicável, a multas. Em todos os casos, tanto os encargos de juros quanto as multas, quando aplicáveis, foram computados e totalmente provisionados com respeito aos montantes não pagos.

Processos tributários fiscais estão sujeitos a atualização mensal, que se refere a um ajuste no montante de provisões para demandas judiciais de acordo com as taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. A atualização monetária é exigida por lei para todos os montantes tributários, inclusive a provisão para demandas judiciais.

PIS e COFINS

Compensações de débitos fiscais de PIS e COFINS, com créditos fiscais de IPI no montante de R\$ 33.214 em 30 de junho de 2011 (R\$32.602 em 31 de dezembro de 2010), adquiridos da Nitriflex S.A. (transferidos à Companhia com base em decisão transitado em julgado), que face a alteração de entendimento do Supremo Tribunal Federal – STF quanto ao direito do crédito de IPI, nossos consultores jurídicos externos recomendaram, em 2009, a constituição de provisão diante dessas alterações jurisprudenciais que tiveram lugar naquele exercício.

Majoração da alíquota de ICMS

Majoração da alíquota de ICMS em 1% da alíquota de ICMS, instituída pelo Estado do Rio de Janeiro – Fundo Estadual de Combate à Pobreza, no montante de R\$ 19.411 em 30 de junho de 2011 (R\$ 11.749 em 31 de dezembro de 2010), cujos valores estão depositados integralmente.

Previdenciária

Montante do saldo é composto por cobrança de contribuição previdenciária em favor do INCRA no montante de R\$289 em 30 de junho de 2011 (R\$1.101 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Provisão para demandas judiciais--Continuação

d) Trabalhistas e previdenciárias

A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 30 de junho de 2011, a Companhia mantinha uma provisão de R\$ 31.340 (R\$29.798 em 31 de dezembro de 2010) avaliadas como risco provável. Os processos cuja perda é considerada possível pelos assessores jurídicos da Companhia é de R\$ 20.145 em 30 de junho de 2011 (R\$20.066 em 31 de dezembro de 2010). Os processos trabalhistas são indexados pela Taxa Referencial de Juros ('TR') 0,55% acumulada no período findo em 30 de junho de 2011 (0,68% em 31 de dezembro de 2010) mais juros mensais de 1%.

Dentre estes processos, destacam-se:

- 26 reclamações trabalhistas que concentram o montante de R\$1.913 em 30 de junho de 2011 (R\$8.573 em 31 de dezembro de 2010).

e) Cíveis e Outros

A Companhia responde a ações de natureza cível e outras em diversos níveis judiciais. A Administração da Companhia constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus assessores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis.

Dentre estes processos, destacam-se:

- A Companhia ajuíza e responde diversas ações em que se pede a revisão dos valores dos aluguéis pagos pelas lojas. Nestas ações, é fixado pelo Juiz de Direito um valor provisório de aluguel, o qual passa a ser pago pelas lojas, até que se defina, em laudo e sentença, o valor final da locação. A Companhia constitui provisão da diferença entre o valor originalmente pago pelas lojas e o definido provisoriamente nestas ações. Em outras ações, a Companhia constitui provisão da diferença entre o valor pago a título de aluguel provisório e aquele pleiteado pela parte contrária da ação, baseado em laudo do assistente técnico da parte contrária. Em 30 de junho de 2011, o montante da provisão para essas ações é de R\$ 6.690, para as quais não há depósitos judiciais (R\$6.138 em 31 de dezembro de 2010).
- A Companhia é parte em ações envolvendo direitos das relações de consumo (ações cíveis e autuações dos PROCONs) e algumas ações envolvendo rescisões de contrato com fornecedores, sendo que o montante referido nos aludidos processos perfaz a importância de R\$ 38.178 em 30 de junho de 2011 (R\$35.084 em 31 de dezembro de 2010). Nestes valores, destacamos uma Ação Indenizatória ajuizada por ex-fornecedor de serviços (Transmelhado), decorrente de rescisão contratual, que concentra o montante de R\$ 10.464 em 30 de junho de 2011 (R\$8.990 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Provisão para demandas judiciais--Continuação

f) Outros passivos contingentes não provisionados

A Companhia possui outras demandas que foram analisadas por assessores jurídicos e consideradas como possíveis, portanto, não provisionadas totalizando um montante de R\$ 279.262 em 30 de junho de 2011 (R\$264.134 em 31 de dezembro de 2010), e são relacionados principalmente a:

Fiscais

- COFINS, PIS, IRPJ, IRRF e INSS – Processos administrativos e judiciais relacionados a pedidos de compensação não reconhecidos pelo fisco, gerados em função de créditos advindos de êxito em processos judiciais; referentes à divergência de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, dentre outros de menor expressão. O montante envolvido nos referidos processos perfaz a importância aproximada de R\$ 137.069 em 30 de junho de 2011 (R\$ 143.994 em 31 de dezembro de 2010);
- ICMS, IPI, ISS e taxas – Autuações fiscais objetivando tributar receitas decorrentes da comercialização de garantia estendida, diferenças de informações transmitidas para Fazenda Estadual, bem como, visando rever a apropriação de créditos: a) mercadorias adquiridas de fornecedores que gozam de benefícios fiscais nos estados onde estão situados, b) aquisição de produtos de informática e automação com benefício fiscal, c) aquisição de mercadorias de fornecedores com inscrição estadual irregular perante o fisco, d) diferença de classificação fiscal, outros de menor expressão. O montante envolvido nas referidas autuações perfaz a importância aproximada de R\$ 142.193 em 30 de junho de 2011 (R\$ 98.625 em 31 de dezembro de 2010). Referidos processos aguardam julgamento na esfera administrativa e judicial. A diferença dos valores se justifica em razão de atualização e processos novos.

Cíveis

- A Companhia é parte em ações imobiliárias onde pleiteia a renovação dos contratos de locação e fixação de aluguéis de acordo com os valores praticados no mercado;
- Ações cíveis públicas ajuizadas pelo Ministério Público versando sobre direitos do consumidor;
- Processos administrativos instaurados pelos PROCONs em alguns estados onde exerce as suas atividades.

O montante envolvido nos referidos processos perfaz a importância aproximada de R\$ 15.333 em 30 de junho de 2011 (R\$21.515 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Provisão para demandas judiciais--Continuação

d) Outros passivos contingentes não provisionados--Continuação

Trabalhistas

A Companhia é parte em processos trabalhistas cujos pedidos versam sobre desvio de função, danos morais, horas extras pleiteadas por colaboradores ocupantes de cargos gerenciais, as quais são considerados como sendo possíveis de perda, tendo em vista a existência de decisões conflitantes sobre os temas. O montante envolvido nos referidos processos perfaz a importância aproximada de R\$ 20.145 em 30 de junho de 2011 (R\$20.066 em 31 de dezembro de 2010).

e) Depósitos recursais e judiciais

A Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos para recursos (vinculados), de montantes equivalentes pendentes das decisões legais finais.

f) Garantias

A Companhia ofereceu garantias em algumas ações civis, trabalhistas e tributárias, como visto a seguir:

<u>Ações</u>	<u>Imóveis</u>	<u>Equipamentos</u>	<u>Garantia</u>	<u>Total</u>
Tributárias	11.026	242	75.272	86.541
Trabalhistas	-	-	2.118	2.118
Cíveis e outras	-	577	4.234	4.811
Total	11.026	819	81.624	93.470

g) Fiscalizações

De acordo com a legislação fiscal atual, impostos municipais, federais, estaduais e contribuições previdenciárias estão sujeitas a fiscalização em período que variam entre 5 e 30 anos.

Notas Explicativas**Globex Utilidades S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Operações de arrendamento mercantila) Compromissos e obrigações

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Passivo bruto de arrendamento mercantil operacional				
Pagamentos mínimos de aluguéis				
Menos de 1 ano	76.196	82.910	396.345	378.588
De 1 ano a 5 anos	174.683	146.377	981.394	984.676
Mais de 5 anos	128.626	107.742	2.124.185	2.180.364
	379.505	337.029	3.501.923	3.543.628

A Companhia acredita que o pagamento de aluguel mínimo de arrendamento mercantil operacional não canceláveis, refere-se ao período contratual do curso normal da operação. Esta obrigação é apresentada no quadro acima, como requerido no CPC 06 (IAS 17).

Todos os contratos possuem cláusulas de multa em caso de quebra contratual, que varia de um a seis meses de aluguel. Se a Companhia encerrasse esses contratos em 30 de junho de 2011, o montante de multa seria de R\$509.919 (R\$325.585 em 31 de dezembro de 2010).

(i) *Pagamentos contingentes*

A Administração considera o pagamento de aluguel adicionais como pagamentos contingentes, que variam entre 0,5% e 2,5% das vendas.

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	30.06.2010	30.06.2011	30.06.2010
Pagamentos contingentes considerados como despesas durante o período	14.710	5.638	16.625	5.638

(ii) *Cláusulas com opção de renovação ou reajuste*

Os prazos dos contratos para o período findo em 30 de junho de 2011 variam entre 5 e 25 anos, e os contratos podem ser renovados de acordo com a lei de inquilinato. Os contratos possuem cláusulas de reajuste periódico, de acordo com os índices de inflação.

Notas Explicativas**Globex Utilidades S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Operações de arrendamento mercantil--Continuaçãob) Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro totalizaram R\$45 em 30 de junho de 2011 (R\$407 em 31 de dezembro 2010), de acordo com a tabela abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Passivo de arrendamento mercantil financeiro – pagamentos mínimos de aluguel				
Menos de 1 ano	45	393	14.057	27.763
De 1 a 5 anos	-	-	8.515	15.030
Valor atual dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	45	393	22.572	42.793
Encargos futuros de financiamento	-	15	1	1
Valor bruto dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	45	408	22.573	42.794

24. Receita antecipada

A Companhia e sua subsidiária NCB receberam antecipadamente valores de parceiros comerciais que mantêm contratos de prestação de serviços de intermediação de garantias complementares ou estendidas.

	Controladora		Consolidado	
	31.06.2011	31.12.2010	30.06.2011	31.12.2010
Garantias complementares ou estendidas	16.883	20.378	476.672	245.716
Contrato Finasa	-	-	15.446	-
	16.883	20.378	492.118	245.716
Circulante	13.023	11.906	84.661	63.021
Não circulante	3.860	8.472	407.457	182.695

Do valor classificado como não circulante, a Administração estima que os valores serão reconhecidos ao resultado na seguinte proporção:

	30.06.2011	
	Controladora	Consolidado
2012	1.774	33.390
2013	1.751	63.991
2014	335	66.811
2015	-	71.001
2016	-	75.833
2017	-	80.995
2018	-	15.436
	3.860	407.457

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio líquido

a) Capital

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 era de R\$2.895.453 e estava representado por 322.687.786 ações ordinárias sem valor nominal.

De acordo com o Estatuto da Companhia, os acionistas poderão, a qualquer momento, converter nossas ações ordinárias em ações preferenciais, desde que tais ações ordinárias estejam totalmente integralizadas e que o total de ações preferenciais de emissão não exceda o limite legal. Os pedidos de conversão devem ser apresentados por escrito à nossa Diretoria Executiva e, posteriormente, ratificados na próxima Reunião do Conselho da Administração.

b) Ações em tesouraria

Em 30 de junho de 2011, a Companhia não mantinha ações de sua própria emissão em tesouraria.

c) Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o estatuto social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social.

d) Reserva para investimento e expansão

A reserva para investimentos e expansão é constituída com base em orçamento de capital, submetido à aprovação dos acionistas em assembléia geral, e que tem por finalidade (i) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do Art. 196 da Lei nº 6.404/76; e (ii) reforço de capital de giro; podendo ainda (iii) ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia, podendo a Assembléia Geral deliberar sua dispensa na hipótese de pagamento de dividendos adicionais ao dividendo obrigatório.

e) Reserva especial Lei 8.200/91 – artigo 2º e reservas de incentivos fiscais

Reserva especial constituída com base na correção monetária especial das contas do ativo permanente de acordo com índice oficial, que refletia a variação geral de preços a nível nacional; e (ii) reservas de incentivos fiscais diversos aderidos pela Companhia. A Companhia está analisando os montantes das referidas reservas para concluir quanto a correta proposição de realização que será encaminhada para a aprovação em Assembléia Geral, tão logo tal estudo esteja concluído.

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio líquido--Continuação

f) Reserva de capital - Reserva especial de ágio

O valor registrado em reserva especial em decorrência da incorporação da Mandala Empreendimentos e Participações S.A. pela Companhia, que continha o ágio gerado pela aquisição de Globex por GPA. Nos termos da Instrução CVM Nº 319, o ágio incorporado está com uma provisão de integridade do patrimônio de 66% de forma a remanescer o benefício tributário aprovada pela assembléia geral realizada em 22 de dezembro de 2009, será amortizado de acordo com o benefício econômico do ágio. No entanto, conforme estabelecido no Protocolo e Justificação da Incorporação das Ações de Emissão de Nova Casa Bahia, celebrado em 05 de outubro de 2010 (aprovado em assembléia geral extraordinária realizada em 09 de novembro de 2010), o benefício fiscal decorrente dessa amortização passará a ser capitalizado sem a emissão de novas ações, ou seja, em benefício de todos os acionistas de Globex.

g) Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais

g.1) *Globex Utilidades S.A.*

A Companhia mantém um plano de opção de ações ordinárias, aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 4 de janeiro de 2008 e retificado na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2008.

O Plano tem o objetivo de: (i) estimular a expansão e o êxito no desenvolvimento dos objetivos sociais da Companhia, permitindo aos administradores e empregados de alto nível adquirirem ações de emissão da Globex, incentivando a integração destes com a Companhia; (ii) atrair administradores e empregados de alto nível a prestarem seus serviços para a Companhia, oferecendo-lhes a vantagem adicional de se tornarem acionistas da Companhia; (iii) alinhar os interesses dos administradores e empregados de alto nível, oferecendo aos tais executivos e empregados, como forma de incentivo e vantagem adicional, a possibilidade de se tornarem acionistas da Companhia; e (iv) incentivar a maior integração desses executivos e empregados com os objetivos da Companhia.

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio líquido--Continuação

g) Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais

g.1) *Globex Utilidades S.A.*

São elegíveis para participar do Plano, os diretores estatutários e empregados aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia (os "Beneficiários"). Nos termos do que dispõe o art. 171, § 3º, da Lei nº 6.404/76, não haverá direito de preferência na outorga ou no exercício de opções de compra de ações originárias do Plano. As ações decorrentes do exercício da opção terão os direitos estabelecidos no Plano, nos respectivos Programas e no Contrato, sendo certo que lhes será sempre assegurado o direito de perceber os dividendos que vierem a ser distribuídos a partir da subscrição ou aquisição, conforme o caso. Uma vez exercida a opção pelo Beneficiário, as ações correspondentes serão objeto de emissão através de aumento do capital da Companhia.

Também poderão ser oferecidas opções de compra de ações existentes em tesouraria, mediante comunicação à Comissão de Valores Mobiliários – CVM. As opções outorgadas com base no Plano são pessoais e intransferíveis.

O Plano entrou em vigor com a sua aprovação pela Assembléia Geral da Companhia e poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração. A opção poderá ser exercida total ou parcialmente durante o prazo e nos exercícios fixados no respectivo Programa.

De acordo com o Plano, as opções outorgadas representam o máximo de 1.794.880 ações ordinárias de emissão da Companhia e o preço de exercício de R\$25,35 para o Programa 1 e R\$17,02 para o Programa 2 (agrupamento definidos como "Programas 2008").

<u>Diluição Potencial das Opções</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Preço de exercício</u>
Programa 1	1.408.290	R\$25,35
Programa 2	386.590	R\$17,02
Total	1.794.880	
Ações em tesouraria	-	
Necessidade de aumento de capital (1)	1.794.880	
Quantidade de ações em 30.06.2011 (2)	322.687.786	
Potencial de diluição = (1)/(2)	0,56%	

O valor justo dos "Programas 2008" foi calculado com base no modelo de valorização de opções Black & Scholes, tendo sido consideradas as seguintes premissas:

	<u>Dados da outorga</u>
Volatilidade atualizada esperada	47,6%
Duração do programa em anos	3,46
Taxa livre de risco	De 11,18% a 13,65%
Valor justo da opção na data da outorga (por opção)	De R\$17,57 a R\$21,00

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio líquido--Continuação

g) Plano de remuneração baseada em ações--Continuação

g.1) Globex Utilidades S.A.--Continuação

A tabela abaixo demonstra os valores por lote reconhecidos no resultado da Companhia, na rubrica de despesa operacional contra um aumento de patrimônio líquido, bem como os valores que seriam reconhecidos nos exercícios subsequentes.

<u>Plano de Opção</u>	Despesas incorridas e a incorrer na controladora nos exercícios findos em 31 de dezembro e período findo em 30 de junho de 2011:			
	2008	2009	2010	2011
Pagamento baseado em ações				
1º lote	3.436	2.995	-	-
2º lote	2.425	3.126	2.118	-
3º lote	1.946	2.514	2.514	1.699
	<u>7.807</u>	<u>8.635</u>	<u>4.632</u>	<u>1.699</u>

Devido à redução do quadro de funcionários elegíveis a remuneração baseada em ações foi reduzida. Desta forma, os valores referentes às despesas a serem apropriadas foram atualizados. As despesas registradas até a saída dos funcionários elegíveis não foram estornadas e estão sendo tratadas de forma prospectiva.

A tabela abaixo demonstra os novos valores a serem considerados:

<u>Plano de Opção</u>	Despesas incorridas e a incorrer na controladora nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e período findo em 30 junho de 2011:	
	2010	2011
Pagamento baseado em ações		
2º lote	458	339
3º lote	210	75
	<u>668</u>	<u>414</u>

A primeira data de exercício das referidas opções foi efetuado em setembro de 2009. No período findo em 30 de junho de 2011 foi registrado no resultado da Companhia, o montante de R\$213.

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio líquido--Continuação

g) Plano de remuneração baseada em ações--Continuação

g.2) *Plano de Remuneração Baseada em Ações – Nova Pontocom*

A subsidiária Nova Pontocom mantém um plano de outorga de opções de ações com o objetivo de: (i) estimular a expansão e o êxito no desenvolvimento dos objetivos sociais da Companhia, permitindo aos administradores e empregados de alto nível adquirirem ações de emissão da Companhia, incentivando a integração destes com a Companhia; (ii) atrair administradores e empregados de alto nível a prestarem seus serviços para a Companhia, oferecendo-lhes a vantagem adicional de se tornarem acionistas da Companhia; (iii) alinhar os interesses dos administradores e empregados de alto nível, oferecendo aos tais executivos e empregados, como forma de incentivo e vantagem adicional, a possibilidade de se tornarem acionistas da Companhia; e (iv) incentivar a maior integração desses executivos e empregados com os objetivos da Companhia.

São elegíveis para participar do Plano, executivos indicado pelo Conselho de Administração da Companhia (os "Beneficiários"). Nos termos do que dispõe o art. 171, § 3º, da Lei nº 6.404/76, não haverá direito de preferência na outorga ou no exercício de opções de compra de ações originárias do Plano. As ações decorrentes do exercício da opção terão os direitos estabelecidos no Plano, nos respectivos Programas e no Contrato, sendo certo que lhes será sempre assegurado o direito de perceber os dividendos que vierem a ser distribuídos a partir da subscrição ou aquisição, conforme o caso. Uma vez exercida a opção pelo Beneficiário, as ações correspondentes serão objeto de: (i) emissão através de aumento do capital da Companhia ou (ii) compra e venda, caso encontrem-se em tesouraria.

O Plano entrou em vigor com a sua aprovação pela Assembléia Geral da Companhia e poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração. A opção poderá ser exercida total ou parcialmente durante o prazo e nos exercícios fixados no respectivo Programa. A outorga das opções do 1º Programa ocorreu em 08 de novembro de 2010, conforme segue:

Diluição Potencial das Opções	Quantidade de ações	Preço de exercício
Tranch 1	141.381	R\$ 5,49
Tranch 2	20.197	R\$ 5,81
Tranch 3	20.197	R\$ 6,11
Tranch 4	20.197	R\$ 6,13
Tranch 5	20.197	R\$ 6,14
Tranch 6	20.197	R\$ 6,15
Tranch 7	20.198	R\$ 6,15
Tranch 8	20.198	R\$ 6,14
Quantidade de ações em 30.06.2011 (1)	282.762	
Ações em tesouraria (2)	282.762	
Total de ações PF.Com (3)	28.000.000	
Potencial de diluição = (1-2)/(3)	0%	

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio líquido--Continuação

g) Plano de remuneração baseada em ações--Continuação

g.2) Plano de Remuneração Baseada em Ações – Nova Pontocom

O valor justo das Tranches foi calculado com base no modelo de valorização de opções Black & Scholes, tendo sido consideradas as seguintes premissas:

	Dados da outorga
Volatilidade atualizada esperada	56,8%
Duração do programa em anos	50% Exercido na data da outorga e 7.143%
Taxa livre de risco	De 10,72% a 11,90%
Valor justo da opção na data da outorga (por opção)	De R\$ 5,49 a R\$ 6,15

A tabela abaixo demonstra os valores por lote que seriam reconhecidos no resultado da Companhia, na rubrica de despesa operacional contra um aumento de patrimônio líquido, bem como os valores que seriam reconhecidos nos exercícios subsequentes.

	Despesas incorridas e a incorrer na controladora nos exercícios findos em 31 de dezembro de:					
	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Tranch 1	4.674	-	-	-	-	4.674
Tranch 2	222	443	-	-	-	665
Tranch 3	111	553	-	-	-	664
Tranch 4	74	445	148	-	-	667
Tranch 5	56	336	280	-	-	672
Tranch 6	45	270	270	90	-	675
Tranch 7	38	226	226	189	-	679
Tranch 8	32	195	195	195	65	682
	5.252	2.468	1.119	474	65	9.378

Devido à redução do quadro de funcionários elegíveis a remuneração baseada em ações foi reduzida. Desta forma, os valores referentes às despesas a serem apropriadas foram atualizados. As despesas registradas até a saída dos funcionários elegíveis não foram estornadas e estão sendo tratadas de forma prospectiva.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2011 a despesa registrada no resultado da Companhia foi de R\$1.235 (R\$1.479 em 30 de junho de 2010).

Notas Explicativas**Globex Utilidades S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação

30 de junho de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	30.06.2010	30.06.2011	30.06.2010
<u>Despesas com vendas</u>				
Despesas com pessoal	(204.073)	(161.716)	(766.335)	(161.887)
Serviços de terceiros	(138.865)	(140.314)	(850.889)	(175.726)
Outras despesas	(33.362)	(31.615)	(190.442)	(46.435)
	(376.300)	(333.645)	(1.807.666)	(384.048)
<u>Despesas gerais e administrativas</u>				
Despesas com pessoal	(32.839)	(14.102)	(279.312)	(29.608)
Serviços de terceiros	(43.884)	(14.782)	(179.977)	(17.608)
Impostos, taxas e contribuições	(490)	(1.108)	(1.826)	(1.304)
Material de consumo	(652)	(67)	(764)	(275)
Outras despesas	(6.986)	(2.969)	(6.877)	(729)
	(84.851)	(33.028)	(468.756)	(49.524)

27. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	30.06.2010	30.06.2011	30.06.2010
Taxa de permanência	79	717	79	717
Ganho (perda) na alienação de ativo imobilizado	(579)	(1.063)	8.801	448
Baixa de ativos/projetos descontinuados	-	7.091	-	7.091
Impostos parcelados	-	(6.819)	-	(7.168)
Ativo indenizatório constituído junto à Controladora (i)	1.728	84.750	1.728	85.139
Gastos com integração/reestruturação	(32.109)	4.383	(32.109)	4.383
Outros	(936)	(5.933)	(5.653)	(3.684)
	(31.817)	83.126	(27.154)	86.926

Notas Explicativas**Globex Utilidades S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2011	30.06.2010	30.06.2011	30.06.2010
<u>Despesas financeiras:</u>				
Encargos financeiros – BNDES	(928)	(2.181)	(928)	(2.181)
Juros sobre empréstimos	(1.676)	(8.921)	(94.024)	(8.921)
Operações de swap	(18.617)	910	(21.642)	910
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	(9.609)	2.844	(10.625)	2.844
Juros capitalizados	(512)	515	(512)	515
Securitização de recebíveis	(64.431)	-	(244.787)	-
Encargos financeiros sobre contingências e impostos	(10.359)	(10.436)	(10.422)	(10.477)
Juros sobre arrendamento mercantil financeiro	-	(21)	(1.233)	(21)
Impostos sobre operações financeiras e serviços bancários	(482)	(3.100)	(24.517)	(3.365)
Juros sobre mútuos	(3.024)	(5.500)	(6)	(3.656)
Outras despesas financeiras	(3.024)	(66.296)	(31.567)	(87.250)
	(112.662)	(92.186)	(440.263)	(111.602)
<u>Receita financeira:</u>				
Juros sobre caixa e equivalentes de caixa	5.325	645	42.104	902
Descontos financeiros obtidos	-	674	21.240	746
Juros sobre aplicação financeira	-	4	-	159
Encargos financeiros sobre impostos e depósitos judiciais	8.259	2.476	8.312	2.543
Ajuste a valor presente	-	-	189	-
Juros sobre mútuos ativos	23.124	2	23.098	-
Cotas subordinadas FIDC	8.137	-	8.137	-
Outras receitas financeiras	338	2.947	3.423	2.971
Resultado financeiro	45.183	6.748	106.503	7.321

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado com base na média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período, excluindo as ações emitidas em pagamento de dividendos e ações em tesouraria.

Os instrumentos de patrimônio que serão ou poderão ser liquidados em ações da Companhia são incluídos no cálculo apenas quando sua liquidação teria um impacto de diluição sobre o lucro por ação.

No Brasil, as ações preferenciais e ordinárias conferem diferentes direitos a voto e liquidação.

A Companhia calcula o lucro por ação por meio da divisão do lucro líquido, referente a cada classe de ações, pela média ponderada da respectiva classe de ações em circulação durante o período.

A Companhia concedeu aos funcionários plano de remuneração baseado em ações (Veja nota explicativa 25), cujos efeitos de diluição são refletidos no lucro por ação diluído por meio da aplicação do método de "ações em tesouraria".

Quando o preço de exercício da opção de compra de ações é maior que o preço médio de mercado das ações preferenciais, o lucro por ação diluído não é afetado pelas opções de compra de ações.

A tabela abaixo apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores de ações ordinárias e preferenciais e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação utilizadas para calcular o lucro básico e diluído por ação em cada período apresentado:

	<u>30.06.2011</u>	<u>30.06.2010</u>
Numerador básico e diluído		
Lucro (prejuízo) básico alocado e não distribuído	(31.637)	31.256
Lucro (prejuízo) líquido alocado aos acionistas ordinários	(31.637)	31.256
Denominador básico e diluído (em milhares de ações)		
Média ponderada da quantidade de ações	322.688	123.805
Lucro (prejuízo) básico e diluído por milhares de ações	(0,10)	0,25

30. Plano de Previdência Privada de Contribuição Definida

Em janeiro de 2011 as operações da Loja Extra Eletro foram transferidas do GPA para a Companhia, a Companhia manteve a manutenção do plano de previdência privada complementar de contribuição definida para esses funcionários, o qual continua sendo administrado pela instituição financeira Brasilprev Seguros e Previdência S.A. A Companhia faz contribuições mensais em nome de seus funcionários. As contribuições realizadas pela Companhia referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2011 totalizaram R\$5 e as contribuições dos funcionários totalizaram R\$7. O plano contava com 7 participantes em 30 de junho de 2011.

Notas Explicativas

Globex Utilidades S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Cobertura de seguro

A cobertura, em 30 de junho de 2011, é considerada suficiente pela Administração para cobrir possíveis sinistros, e pode ser resumida da seguinte forma:

<u>Bens segurados</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Montante da cobertura</u>
Imobilizado e estoques	Lucros nomeados	5.223.672
Lucro	Lucros cessantes	876.447
Automóveis e outros	Perdas e danos	229.520

A Companhia também mantém apólices específicas cobrindo riscos de responsabilidade civil e administrativa no valor de R\$134.605.

32. Informações sobre os segmentos

A Administração possui dois segmentos, como segue:

- Eletrodomésticos – Inclui as bandeiras Ponto Frio e Casas Bahia
- Comércio eletrônico – Inclui os sites www.pontofrio.com.br, www.extra.com.br e www.casasbahia.com.br

A administração monitora separadamente os resultados operacionais de suas unidades de negócios com o objetivo de tomar decisões a respeito de alocação de recursos e avaliação de desempenho. O desempenho do segmento é avaliado com base no resultado operacional e é mensurado de forma consistente com o resultado operacional das informações trimestrais consolidadas. O financiamento da Globex (inclusive custos financeiros e receita financeira) e impostos de renda são administrados de forma segmentada.

A Companhia tem operações de lojas de eletrodomésticos localizadas em 12 estados e no Distrito Federal. Os segmentos operacionais são divulgados de maneira consistente com o relatório interno fornecido ao principal tomador de decisões operacionais, identificado como o Diretor-Presidente.

O principal tomador de decisões operacionais destina recursos e avalia o desempenho por meio da revisão de resultados e de outras informações relacionadas aos dois segmentos. Esses dois segmentos são identificados com base na descentralização da administração dos negócios e incluem o segmento de Eletrodomésticos, que é composto por lojas legadas da Companhia e aquisições totalmente integradas que operam principalmente sob as marcas “Ponto Frio” e “Casas Bahia” e o segmento de Comércio eletrônico, que inclui os sites: www.pontofrio.com.br, www.extra.com.br e www.casasbahia.com.br. Os segmentos operacionais não foram somados para formar os segmentos passíveis de divulgação.

A Companhia calcula os resultados dos segmentos utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, entre outros fatores, o lucro operacional de cada segmento, que inclui algumas alocações de despesas indiretas corporativas. Frequentemente, a Companhia revisa o cálculo do lucro operacional de cada segmento, incluindo quaisquer alocações de despesas indiretas corporativas, conforme estabelecido pelas informações regularmente revisadas pelo principal tomador de decisões operacionais. Quando as revisões são feitas, os resultados operacionais de cada segmento afetado pelas revisões são corrigidos em todos os períodos apresentados, a fim de manter a comparabilidade.

Notas Explicativas**Globex Utilidades S.A.**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
30 de junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Informações sobre os segmentos—Continuação

As informações dos segmentos da Companhia estão incluídas na tabela a seguir:

Descrição	Saldos em 30.06.2011				
	Eletrodomésticos	Comércio eletrônico	Sub-total	Eliminação	Total
Receita líquida de vendas	8.481.275	1.446.543	9.927.818	(2.344)	9.925.474
Lucro bruto	2.501.910	230.456	2.732.366	(2.344)	2.730.022
Depreciação de amortização	(63.614)	(3.370)	(66.984)	-	(66.984)
Despesas financeiras	(382.395)	(63.348)	(445.743)	5.480	(440.263)
Receita financeira	189.408	289	189.697	(83.194)	106.503
Lucro operacional	220.865	67.730	288.595	-	288.595
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	86.288	4.672	90.960	(129.333)	(38.373)
Imposto de renda e contribuição social	10.002	(1.866)	8.136	-	8.136
Lucro (prejuízo) do período	96.291	2.805	99.096	(130.733)	(31.637)
Ativo circulante	8.372.881	595.847	8.968.728	(352.705)	8.616.023
Ativo não circulante	3.723.717	86.730	3.810.447	(1.580.857)	2.229.590
Passivo circulante	5.855.655	629.753	6.485.408	(288.549)	6.196.859
Passivo não –circulante	2.181.660	142	2.181.802	(73.137)	2.108.665

Descrição	Saldos em 30.06.2010				
	Eletrodomésticos	Comércio eletrônico	Total	Eliminação	Total
Receita líquida de vendas	2.042.927	550.561	2.593.488	-	2.593.488
Lucro bruto	411.210	91.223	502.433	-	502.433
Depreciação de amortização	(27.677)	(524)	(28.201)	-	(28.201)
Despesas financeiras	(92.252)	(21.196)	(113.448)	1.846	(111.602)
Receita financeira	8.958	208	9.166	(1.846)	7.320
Lucro operacional	25.972	15.713	41.685	-	41.685
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	46.498	(4.030)	42.468	(10.834)	31.634
Imposto e renda e contribuição social	(3.326)	4.515	1.189	-	1.189
Lucro (prejuízo) do período	41.605	485	42.090	(10.834)	31.256

31.12.2010

Ativo circulante	7.526.610	522.088	8.048.698	(288.068)	7.760.630
Ativo não circulante	3.548.155	72.282	3.620.437	(1.501.716)	2.118.721
Passivo circulante	5.063.902	545.558	5.609.460	(241.318)	5.368.142
Passivo não circulante	1.998.313	168	1.998.481	(56.153)	1.942.328

- As eliminações são compostas por saldos entre as companhias;
- Principalmente relacionadas à classificação de imposto de renda diferido de circulante para não circulante; e
- Os saldos apresentados em 30 de junho de 2010, não incluem as operações da Novas Casas Bahia.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
GLOBEX UTILIDADES S.A.			Posição em 30/06/2011 (Em unidades)	
Acionista	Ações Ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO	169.123.850	52,41%	169.123.850	52,41%
SAMUEL KLEIN	81.139.844	25,15%	81.139.844	25,15%
MICHAEL KLEIN	70.523.415	21,85%	70.523.415	21,85%
OUTROS	1.900.677	0,59%	1.900.677	0,59%
TOTAL	322.687.786	100,00%	322.687.786	100,00%

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO (Companhia de capital aberto)					Posição em 30/06/2011 (Em unidades)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
WILKES PARTICIPAÇÕES S.A.	65.400.000	65,61%	-	0,00%	65.400.000	25,16%
SUDACO PARTICIPAÇÕES LTDA.	28.619.178	28,71%	3.091.566	1,93%	31.710.744	12,20%
ONYX 2006 PARTICIPAÇÕES LTDA.	-	0,00%	20.635.313	12,87%	20.635.313	7,94%
CASINO GUICHARD PERRACHON *	5.600.052	5,62%	16.144.083	10,07%	21.744.135	8,36%
SEGISOR *	-	0,00%	5.091.754	3,18%	5.091.754	1,96%
STANHORE TRADING INTERNATIONAL S.A.*	-	0,00%	7.398.417	4,62%	7.398.417	2,85%
RIO PLATE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.	-	0,00%	4.076.494	2,54%	4.076.494	1,57%
PENÍNSULA PARTICIPAÇÕES LTDA.	-	0,00%	2.622.182	1,64%	2.622.182	1,01%
PAIC PARTICIPAÇÕES LTDA.	-	0,00%	652.140	0,41%	652.140	0,25%
BENGAL LLC *	-	0,00%	6.828.461	4,26%	6.828.461	2,63%
OREGON LLC *	-	0,00%	1.750.300	1,09%	1.750.300	0,67%
AÇÕES EM TESOUREARIA	-	0,00%	232.586	0,15%	232.586	0,09%
OUTROS	60.621	0,06%	91.756.562	57,25%	91.817.183	35,32%
TOTAL	99.679.851	100,00%	160.279.858	100,00%	259.959.709	100,00%

(*) Empresa Estrangeira

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
WILKES PARTICIPAÇÕES S.A					Posição em 30/06/2011 (Em unidades)	
Acionista / Cotista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
PENÍNSULA PARTICIPAÇÕES LTDA.	20.375.000	50,00	-	-	20.375.000	27,00
SUDACO PARTICIPAÇÕES LTDA.	20.375.000	50,00	34.723.824	100,00	55.098.824	73,00
TOTAL	40.750.000	100,00	34.723.824	100,00	75.473.824	100,00

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
SUDACO PARTICIPAÇÕES S.A					Posição em 30/06/2011 (Em unidades)	
Acionista / Cotista	Cotas		Total			
	Quantidade	%	Quantidade	%		
PUMPIDO PARTICIPAÇÕES LTDA	3.585.804.573	100,00	3.585.804.573	100,00		
TOTAL	3.585.804.573	100,00	3.585.804.573	100,00		

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
ONYX 2006 PARTICIPAÇÕES LTDA.					Posição em 30/06/2011 (Em unidades)	
Acionista / Cotista	Cotas		Total			
	Quantidade	%	Quantidade	%		
RIO PLATE EMPREEND. E PARTIC. LTDA	515.580.242	99,99	515.580.242	99,99		
ABILIO DOS SANTOS DINIZ	10.312	0,01	10.312	0,01		
TOTAL	515.590.554	100,00	515.590.554	100,00		

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
PENÍNSULA PARTICIPAÇÕES LTDA					Posição em 30/06/2011 (Em unidades)	
Acionista / Cotista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
ABILIO DOS SANTOS DINIZ	250.659.233	61,48	3	42,86	250.659.236	61,48
JOÃO PAULO F.DOS SANTOS DINIZ	39.260.447	9,63	1	14,29	39.260.448	9,63
ANA MARIA F.DOS SANTOS DINIZ D'ÁVILA	39.260.447	9,63	1	14,29	39.260.448	9,63
PEDRO PAULO F.DOS SANTOS DINIZ	39.260.447	9,63	1	14,29	39.260.448	9,63
ADRIANA F.DOS SANTOS DINIZ	39.260.447	9,63	1	14,29	39.260.448	9,63
TOTAL	407.701.021	100,00	7	100,00	407.701.028	100,00

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
PUMPIDO PARTICIPAÇÕES LTDA			Posição em 30/06/2011 (Em unidades)	
Acionista / Cotista	Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
SEGISOR**	3.633.544.694	100,00	3.633.544.694	100,00
TOTAL	3.633.544.694	100,00	3.633.544.694	100,00

(**) Empresa Estrangeira

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
RIO PLATE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA			Posição em 30/06/2011 (Em unidades)	
Acionista / Cotista	Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
PENÍNSULA PARTICIPAÇÕES LTDA	566.610.599	100,00	566.610.599	100,00
ABILIO DOS SANTOS DINIZ	1	0,00	1	-
TOTAL	566.610.600	100,00	566.610.600	100,00

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
SEGISOR			Posição em 30/06/2011 (Em unidades)	
Acionista / Cotista	Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
CASINO GUICHARD PERRACHON (*)	937.121.094	100,00	937.121.094	100,00
TOTAL	937.121.094	100,00	937.121.094	100,00

(*) Empresa Estrangeira

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em 30/06/2011				
Acionista	Ações Ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	169.123.850	52,41	169.123.850	52,41
Administradores				
Conselho de Administração	70.523.422	21,86	70.523.422	21,86
Diretoria	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-
Outros Acionistas	83.040.514	25,73	83.040.514	25,73
Total	322.687.786	100,00	322.687.786	100,00
Ações em Circulação	1.900.670	0,59	1.900.670	0,59

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em 30/06/2010				
Acionista	Ações Ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	122.286.848	0,98774122	122.286.848	98,77%
Administradores				
Conselho de Administração	3	0,00%	3	0,00%
Diretoria	-	0,00%	-	0,00%
Conselho Fiscal	-	0,00%	-	0,00%
Ações em Tesouraria	-	0,00%	-	0,00%
Outros Acionistas	1.517.689	1,23%	1.517.689	1,23%
Total	123.804.540	100,00%	123.804.540	100,00%
Ações em Circulação	1.517.689	1,23%	1.517.689	1,23%

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Administradores e Acionistas da
Globex Utilidades S.A.
São Paulo, SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Globex Utilidades S.A. e empresas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre e período de 6 meses findos em 30 de junho de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre e período de 6 meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre e período de 6 meses findos em 30 de junho de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, quando requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 25 de Julho de 2011.
Ernst & Young Terco
Auditores Independentes S.S.
CRC-2-SP 015199/O-6

Antonio Carlos Fioravante
Contador
CRC nº 1SP184973/O-0